

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CESAR AUGUSTO ROSSIN

**EVOLUÇÃO REGIONAL DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE
CURITIBA A PARTIR DE 1990**

CURITIBA

2014

CESAR AUGUSTO ROSSIN

**EVOLUÇÃO REGIONAL DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA
A PARTIR DE 1990**

Monografia apresentada à disciplina
Trabalho de Fim de Curso como requisito
parcial à conclusão do Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Angela Welters.

CURITIBA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

CESAR AUGUSTO ROSSIN

EVOLUÇÃO REGIONAL DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA A PARTIR DE 1990

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof.^a Dra. Angela Welters
Departamento de Economia, UFPR

Prof.^a Dra. Denise Maria Maia
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 09 de Junho de 2014

RESUMO

O presente trabalho pretendeu contribuir para a análise do desenvolvimento social e econômico da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), focando nos 12 municípios mais relevantes do chamado primeiro anel metropolitano, a partir da década de 1990 até a atualidade recente. O objetivo, portanto, foi avaliar em que medida, e se de fato houve crescimento e desenvolvimento socioeconômico, além de uma melhora na qualidade de vida da população desta região, a partir dos investimentos recebidos e do aumento no nível de industrialização da região. Com relação aos temas sociais abordados, o IDH-M, médio destes municípios, mostrou significativo progresso no período analisado, afinal obteve um aumento de 52%, sendo a atmosfera educacional a que apresentou o maior salto, principalmente no que se refere ao indicador fluxo escolar da população jovem. Foi possível notar, também, avanços, através dos indicadores Índice de Gini e Taxa de pobreza, afinal verificaram-se progressos, isto é, melhora (redução) na ordem dos 4% e 79%, respectivamente. Do lado econômico, o que chama bastante a atenção é o aumento da renda média domiciliar per capita, a qual em termos absolutos apresentou para a média do primeiro anel da RMC em 2010, aumento de R\$520,00 a mais do que em 1991, o que significa um aumento de aproximadamente 208%. É interessante ainda destacar que a participação do PIB, destes 12 municípios no estado do Paraná subiu cerca de 3%. Em resumo, a RMC apresentou no período analisado avanços no IDH, na redução da pobreza e desigualdade, bem como crescimento do PIB, contudo, tais avanços não se observam na mesma intensidade em todos os municípios analisados, indicando que o processo de desenvolvimento da região não se deu de forma homogênea.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Território da RMC em 1853.....	16
FIGURA 2 – Território da RMC em 1890.....	17
QUADRO 1 – Transformações Regionais de Curitiba entre 1950 e 1960.....	18
FIGURA 3 – Território da RMC em 1960.....	18
FIGURA 4 – Composição histórica da RMC até 2014.....	20
QUADRO 2 – Evolução das Teorias de Desenvolvimento Regional.....	23
FIGURA 5 – Triângulo Locacional de Weber.....	26
FIGURA 6 – O Cone de Lösch.....	28
QUADRO 3 – Dados Gerais Sobre a RMC em 2010.....	40
FIGURA 7 – A Divisão dos Anéis Metropolitanos da RMC.....	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CRESCIMENTO POPULACIONAL DE CURITIBA, RMC, PARANÁ E BRASIL.....	44
TABELA 2 – ÍNDICE DE GINI DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	45
TABELA 3 – TAXA DE POBREZA DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	46
TABELA 4 – IDH-M DOS MUNICÍPIOS DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	47
TABELA 5 – GRAU DE URBANIZAÇÃO DO 1º ANEL DA RMC E PARANÁ.....	49
TABELA 6 – DIMENSÃO EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	50
TABELA 7 – TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	51
TABELA 8 – FLUXO ESCOLAR DA POPULAÇÃO JOVEM DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	52
TABELA 9 – DIMENSÃO LONGEVIDADE DOS MUNICÍPIOS DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	53
TABELA 10 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	54
TABELA 11 – MORTALIDADE GERAL DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	55
TABELA 12 – TAXA BRUTA DE NATALIDADE DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	56
TABELA 13 – ABASTECIMENTO DE ESGOTO DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	57

TABELA 14 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	58
TABELA 15 – DIMENSÃO RENDA DOS MUNICÍPIOS DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ.....	60
TABELA 16 – RENDA MÉDIA REAL DOMICILIAR PER CAPITA DO 1º ANEL DA RMC E PARANÁ.....	61
TABELA 17 – POPULAÇÃO TOTAL OCUPADA - 1º ANEL DA RMC E PARANÁ..	62
TABELA 18 – PIB NOMINAL DO 1º ANEL DA RMC E PARANÁ.....	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1- CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
1.1 CONCEITO DE REGIÃO METROPOLITANA.....	11
1.2 CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL	13
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO A RESPEITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	15
1.3.1 Histórico de Curitiba e região.....	15
1.3.2 A criação da Região Metropolitana de Curitiba – RMC.....	19
2- PENSADORES E TEORIAS A RESPEITO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	22
2.1 TEORIAS TRADICIONAIS DE LOCALIZAÇÃO	23
2.1.1. Von Thünen	24
2.1.2. Alfred Weber	25
2.1.3. Walter Christaller	27
2.1.4. Auguste Lösch	28
2.1.5. Walter Isard	29
2.2 TEORIAS CLÁSSICAS	30
2.3 A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS.....	33
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
3- A EVOLUÇÃO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA A PARTIR DE 1990	38
3.1 O FOCO DENTRO DA RMC.....	39
3.2 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA RMC	41
3.3 ANÁLISE SOCIAL DA EVOLUÇÃO DA RMC A PARTIR DE 1990.....	44
3.3.1 Dimensão Educação.....	50
3.3.2 Dimensão Longevidade	52
3.4 ANÁLISE ECONÔMICA DA EVOLUÇÃO DA RMC A PARTIR DE 1990.....	59
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
4- CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS.....	69

INTRODUÇÃO

A visão da importância do nível de industrialização das diversas regiões e cidades para a questão do desenvolvimento regional e humano seja social e/ou economicamente é o que este trabalho irá abordar. Especificamente, o foco de análise será sobre os municípios pertencentes ao chamado 1º Anel da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e o desenvolvimento adquirido por este, especialmente a partir dos anos 1990. Afinal, fora basicamente a partir dessa época, com a introdução do Plano Real, que houve um forte movimento no processo de abertura da economia brasileira proporcionando grandes mudanças estruturais, sendo positivas para alguns assim como, negativas para outros, porém tanto em âmbito nacional quanto estadual e regional.

O intuito do presente trabalho, portanto, é verificar se, de fato, a partir da vinda de grandes indústrias e fortes investimentos para a RMC em 1990 até os dias mais recentes – década de 2010, o desenvolvimento e crescimento, tanto em âmbito social quanto econômico da região obtivera progresso, ou seja, se tal fato trouxe benefícios à população no que se refere a bem estar socioeconômico além de melhores níveis de qualidade de vida.

A criação de uma região metropolitana tem como premissa integrar diversas cidades a um centro dominante onde, a busca por melhores condições de desenvolvimento e crescimento regional e humano fazem parte do plano de toda a região. Para ficar claro quais são as especificações de região metropolitana, será abordado o conceito da mesma e a questão das delimitações geográficas e espaciais. Além disso, será feita uma breve exposição em perspectiva histórica de como estas regiões surgiram ao longo do século XX dentro do Brasil.

Há por de trás dessa questão de desenvolvimento regional, diversas teses e abordagens, as quais desde o século XIX estão em pauta e vem sendo trabalhadas, a fim de se criar um modelo, o qual favoreça determinada região a desenvolver-se e possibilitar melhores condições de vida a sua população. Em função disso, algumas teorias e pensadores, no que concerne tal tema, foram selecionados e serão

abordados, com o objetivo de proporcionar e evidenciar que o desenvolvimento também tem bases teóricas para fundamentar-se.

Para a análise e comprovação da proposta do trabalho, isto é, da influência que os investimentos e maior nível de industrialização trouxe nas questões da qualidade de vida e bem estar social do 1º Anel da RMC, serão apresentados dados tanto em âmbito social – nível de IDH, expectativa de vida, índice de Gini, taxa de pobreza – quanto econômico – IDH-M dimensão renda e PIB, desde 1990 até basicamente início da década de 2010.

1- CONTEXTUALIZAÇÃO

O conteúdo deste primeiro capítulo tem o objetivo de fornecer ao leitor, de forma que o mesmo esteja preparado e bem envolvido com o contexto do tema, a ideia do que são as Regiões Metropolitanas, como as mesmas surgiram, e em específico a Região Metropolitana de Curitiba, a qual é o foco do trabalho.

Para tanto, o capítulo está dividido da seguinte maneira: o item 1.1 irá abordar o conceito de Região Metropolitana; o item 1.2 tem foco perante os acontecimentos da criação das primeiras Regiões Metropolitanas no estado nacional brasileiro e o item 1.3 abrangerá a criação da Região Metropolitana de Curitiba e de seus municípios integrantes.

1.1 CONCEITO DE REGIÃO METROPOLITANA

Quando se utiliza a expressão Região Metropolitana (RM), isto nada mais é do que referenciar-se a vários municípios interligados entre si de alguma maneira. Seja tal maneira, social, econômica, política ou culturalmente.

A composição de uma Região Metropolitana é bastante simples. Basicamente, são essas formadas por um município central, não necessariamente o “central” refere-se à localização geográfica deste, mas sim no sentido de que todos os outros municípios, os quais são parte dessa RM, visam este como a metrópole, que de acordo com o significado grego é a “cidade-mãe”, a qual tem grande poder de influência sobre seu entorno (FREITAS, 2009).

De acordo com Freitas (2009, p. 45) o termo metrópole, “refere-se à capital ou à principal cidade de uma província, de um estado ou de uma região.”. Ou seja, ao em torno desta, nós temos um número “n” de vários outros municípios, os quais são braços estendidos desta metrópole, isto é, um espaço globalizado marcado por relações sociais, econômicas e culturais em constante convívio e mutações.

O surgimento destes municípios ao redor da cidade polo tem muita influência pela história de colonização e exploração de cada um destes loteamentos, isto é, parte do processo de urbanização da região. Por região, Gomes (1995, apud FREITAS, 2009, p. 45), descreve:

A região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico. Ao geógrafo cabe desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração.

Portanto, o que se pode generalizar é que a partir do momento em que temos uma região/metrópole centralizada com as principais atividades econômicas e sociais, toda a população irá buscar abrigo neste lugar. Porém nem sempre tal situação é sustentável no longo prazo. E é a partir do momento que a situação não é mais sustentável que o surgimento dos municípios, ou como chamei “braços estendidos”, vão surgindo. Sejam como moradia porque o custo é mais baixo comparado à metrópole, como ambiente de trabalho, afinal com o crescimento novas oportunidades surgirão, seja para exploração como forma de lazer, ou, seja como forma política de aumentar a influência desta metrópole.

Nas palavras de Moreira (in CARMO (2007), apud FREITAS, 2009, p. 47):

Região Metropolitana pressupõe um fato social e econômico cuja essência é a metrópole, esta, o polo de atração e/ou dominação de um grande espaço de produção e consumo. A caracterização de uma Região Metropolitana é a intensa urbanização que dá origem a funções públicas de interesse comum aos municípios que a compõem, integrando a organização, o planejamento e a execução de programas.

Pode-se concluir, portanto, que Região Metropolitana é uma área geográfica, a qual depois de transformada pelo homem, para satisfazer suas vontades, passa a ser um espaço econômico. (OLIVEIRA, 20--). E, este espaço econômico, apresenta várias cidades ou municípios e que dentre todas estas/estes existe uma metrópole, ou seja, uma cidade de grande porte que exerce forte influência perante todas as demais ao seu redor. Dessa maneira, um laço econômico e social é estabelecido, gerando um maior dinamismo entre toda esta área.

1.2 CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL

A maioria da população tem em mente que o ano chave das RMs no Brasil é o ano de 1973, a partir da Lei Complementar de nº 14. Porém, fato é que no ano de 1967 a expressão “região metropolitana” já fazia parte da legislação brasileira no contexto do artigo nº 164 da Constituição Federal, o qual contemplava a seguinte mensagem:

[...] a União, mediante Lei Complementar, poderia estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma unidade sócio econômica, visando a realização de serviços comuns. (COMEC, 1999, p. 6).

Já, em 1968, com o apoio da ONU, a instituição SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) contratou uma pesquisa para nove cidades com vários especialistas da área, a fim de garantir uma diretriz ou um guia, com subsídios, que ajudassem o governo, no planejamento de política e estratégia adequada, para aquilo que já estava condicionado a se chamar de polos metropolitanos. O resultado desta pesquisa foram dados e constatações que puderam, posteriormente, fazer parte dos Planos de Desenvolvimento Integrado Regionais – PDI. Isto é, da política aplicada a cada região para o seu desenvolvimento e expansão. (COMEC, 1999).

Passado tais acontecimentos, chega-se ao ano mais conhecido por todos quando se trata de RM no Brasil, 1973. Neste ano, através da Lei Complementar de nº 14 e pelo artigo de número sete, temos a data oficial que passa a vigorar tal Lei, 8 de junho de 1973. A esta lei, compete à responsabilidade de criação das oito primeiras RMs ao longo do estado nacional brasileiro. Portanto, a partir de então, o Brasil era composto pelas seguintes RMs: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. (COMEC, 1999).

Com relação à Lei, que trazia o “lançamento” das RMs no Brasil, esta era composta por alguns poucos artigos. No segundo artigo, por exemplo, fica definido que para cada RM, será necessário um Conselho Deliberativo, o qual será presidido pelo Governador do estado, e também um Conselho Consultivo.

Nos artigos seguintes, isto é, 3º e 4º, temos as responsabilidades para cada um destes Conselhos, respectivamente. Resumindo as responsabilidades, cabe ao Conselho Deliberativo promover a elaboração do PDI e programação sobre serviços comuns, além de, coordenar projetos e iniciativas perante RM, a fim de equalizar os serviços comuns. Já ao Conselho Consultivo, cabe o julgamento sobre qualquer medida ou ação tomada, quando o Deliberativo precisar, além de também sugerir projetos e planos para o desenvolvimento da RM em questão. (BRASIL¹, 2014).

Ao próximo artigo, de número cinco, compete às exigências descritas abaixo, as quais seriam comuns a todos os municípios integrantes da respectiva RM. (BRASIL¹, 2014).

- I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública;
- III - uso do solo metropolitano;
- IV - transportes e sistema viário,
- V - produção e distribuição de gás combustível canalizado;
- VI - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal;
- VII - outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

Com relação ao primeiro artigo da Lei 14/1973, basicamente todos os incisos referem-se aos municípios integrantes de cada RM. O sexto inciso, por exemplo, define a de Curitiba:

§ 6º A região metropolitana de Curitiba constitui-se dos Municípios de:

Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova. (BRASIL¹, 2014).

Entretanto, há uma exceção que é o nono e último inciso, o qual, na verdade estabelece que: “O valor do salário mínimo nos Municípios integrantes de uma

¹ BRASIL. Presidência da República LCP 14/1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: 08 de junho de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm

região metropolitana será igual ao vigente na Capital do respectivo estado.” (BRASIL¹, 2014). Ponto este, muito importante, afinal desde o começo se tenta garantir igualdade de crescimento e desenvolvimento, ou pelo menos de prover oportunidade igualitária para região como um todo e não de um ou outro município somente.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO A RESPEITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1.3.1 Histórico de Curitiba e região

O início do povoamento na região se deu a partir dos séculos XVI e XVII, com a vinda dos primeiros portugueses para a mineração do ouro na região, o que ficou conhecido como o 1º ciclo paranaense. A partir deste movimento, alguns importantes acontecimentos ocorreram, segundo Wachowicz (1988, apud IPARDES, 2004, p. 29):

- povoamento do litoral, por mineradores vindos de vários pontos do Brasil;
- surgimento de Paranaguá;
- desbravamento e colonização do primeiro planalto, até então praticamente desconhecido;
- fundação de Curitiba, hoje capital do Estado, que se originou dos antigos arraiais auríferos;
- abertura de picadas que ligaram o planalto curitibano ao litoral, transpondo a Serra do Mar, vias de comunicação vitais para o desenvolvimento da região.

Logo em 1812, temos a transferência da Comarca de Paranaguá para Curitiba, cidade a qual estava inserida em um amplo circuito comercial. E é segundo Bernardes (1952, apud IPARDES, 2004, p. 29), que “em meados do século XIX, o episódio da emancipação político-administrativa da comarca, com a criação da província do Paraná, consolidou a posição de Curitiba como sua capital”. Pouco tempo após este período, em aproximadamente cinco anos, Curitiba – CTBA já apresentava um número equivalente a mais ou menos 11.000 habitantes.

Fora então em fevereiro do ano de 1842, que Curitiba deixa de ser simplesmente uma vila e passa a ser considerada uma cidade. E aproximadamente 10 anos depois, temos a emancipação da província que viria a ser conhecida como o estado do Paraná, ou seja, houve a emancipação político-administrativa de São Paulo – em 29 de agosto de 1853. E fora em menos de um ano, que a Assembléia Legislativa Provincial, como seu 1º ato, decretou a cidade de Curitiba, como a mais nova capital da Província do Paraná. Durante esta época (1853) a região estava disposta basicamente da forma conforme descreve a figura nº 1 - “Território da RMC em 1853”. (COMEC, 1999).

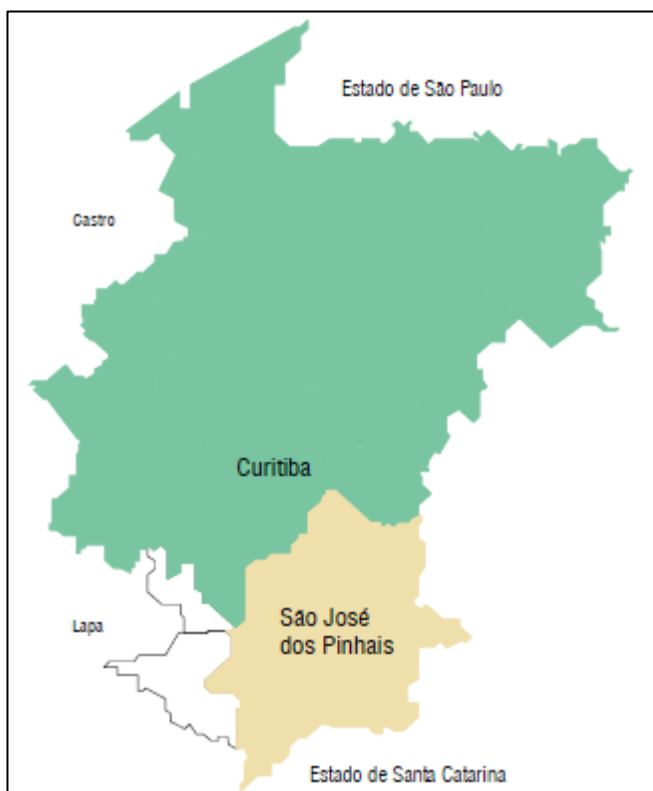


FIGURA 1 -Território da RMC em 1853

FONTE: COMEC (1999, p. 13)

No decorrer das próximas décadas a região foi sendo povoada com diversas culturas como, principalmente, Alemães, Italianos e Poloneses. A chegada destes novos moradores era grande incentivo no ambiente agrário, conforme evidência IPARDES (2004, P.36):

Curitiba [...] foi objeto de sucessivas iniciativas políticas de atração de imigrantes europeus, conformando ‘o primeiro cinturão verde organizado por imigrantes no Brasil’ (WACHOWICZ, 1988, p.146). Posteriormente, políticas migratórias similares foram adotadas em outras regiões do Estado,

disseminando grupos de comunidades estrangeiras, em particular de origem européia, por distintos pontos do território estadual.

Ou seja, a vinda destes imigrantes fazia com que houvesse o povoamento de novas províncias ao redor da cidade de Curitiba, e também que novas províncias surgissem através da emancipação dos mesmos, ou seja, duas diferentes formas de transformação da região.

Nas décadas posteriores a emancipação de Curitiba, isto é, perto do ano 1890, a população havia praticamente quadruplicado de tamanho e, além do mais, tivemos a proclamação da república. Fatos estes que também contribuíram para criação de outros municípios no estado do Paraná. Então, a distribuição geográfica do que viria a ser a Região Metropolitana de Curitiba em 1973, no ano de 1890 se encontrava da forma apresentada pela figura nº 2, em “Território da RMC em 1890”. (COMEC, 1999).



FIGURA 2 -Território da RMC em 1890
 FONTE: COMEC (1999, p. 16)

Durante o século XX, até meados do ano 1960 aproximadamente, a região ainda se encontrava em constante modificação, com a criação de novos municípios

ao redor da cidade de Curitiba. De acordo com o quadro – 1 pode-se ter uma ideia das transformações espaciais deste século, sabendo que o município emancipado sempre surgirá a partir da linha do território correspondente. (COMEC, 1999, p. 17).

Ano	Território	Município Emancipado
1951	São José dos Pinhais	Tijucas do Sul
1951	Lapa	Contenda
1960	Bocaiúva do Sul	Adrianópolis
1960	São José dos Pinhais	Mandirituba
1960	Tijucas do Sul	Agudos do Sul
1961	Campina Grande do Sul e Piraquara	Quatro Barras
1961	Campo Largo e Contenda	Balsa Nova

QUADRO 1 - TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS DE CURITIBA ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1960
 FONTE: Elaboração própria com base em dados da COMEC (1999, p. 17)

Com a conclusão das transformações descritas no quadro acima, temos uma nova configuração da região na década de 1960, conforme contempla a figura nº 3, “Território da RMC na década 1960”. (COMEC, 1999).



FIGURA 3 -Território da RMC na década 1960
 FONTE: COMEC (1999, p. 18)

E fora com a participação de parte dos municípios da figura acima, que em 1973 ficava estabelecida a RMC, conforme descrito no tópico 1.2.

1.3.2 A criação da Região Metropolitana de Curitiba – RMC

A partir das definições do sexto inciso do artigo 1º, da Lei Complementar de nº 14 criada em 1973, ficava definido que a Região Metropolitana de Curitiba seria composta inicialmente pelos seguintes (14) municípios: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova. (BRASIL¹, 2014).

A partir da sua criação até os dias atuais, muitas mudanças ocorreram afinal hoje a região é composta não mais por 14 municípios, mas sim por 29, sendo estes: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná. (BORGES, 2013).

A sequência das transformações desde sua criação – 1973 são evidenciadas a partir das palavras de Borges (2013, p.116):

[...] Originalmente, a “Grande Curitiba” compunha-se de quatorze (14) municípios. Atualmente, compreende vinte e nove (29). A partir dos anos 1990, cinco (5) municípios (Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais e Tunas do Paraná, em 1992 e Campo Magro, em 1995) foram emancipados de outros que se encontravam já integrados a esta RM. A partir de 1994, mais dez (10) municípios passaram a fazer parte da RMC por meio de legislações estaduais, quais sejam: Cerro Azul, Doutor Ulysses, Tijucas do Sul e Quitandinha, em 1994, pela Lei Estadual Complementar n.º 11.027/94; Adrianópolis, em 1995, pela Lei Estadual Complementar n.º 11.096/95; Agudos do Sul, em 1998, pela Lei Estadual Complementar n.º 12.125/98; Lapa, em 2002, por meio da Lei Estadual Complementar n.º 13.512/2002 e Campo do Tenente, Piên e Rio Negro, em 2011, pela Lei Estadual Complementar n.º 45/2011.

A partir da figura de nº 4 (Histórico da composição da RMC), podem-se verificar todas as transformações, conforme descrito acima, sendo a cor laranja, aquela que representa a inserção de um novo município no contexto da RMC. (BORGES, 2013).

1973



1992



1994



1995



1998



2002



FIGURA 4 - Composição Histórica da RMC até 2014 (CONTINUA)
 FONTE: COMEC (2014)

2012



FIGURA 4 - Composição Histórica da RMC até 2014 (CONCLUSÃO)
 FONTE: COMEC (2014)

Portanto hoje, a RMC apresenta como área destes 29 municípios, de acordo com dados do site da Agência de Curitiba, um total de aproximadamente 15 mil km² e com população total aproximada de 3,2 milhões de habitantes, os quais comparados ao estado do Paraná representam 64% da população urbana.

2- PENSADORES E TEORIAS A RESPEITO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O processo de desenvolvimento econômico e regional, conforme afirma Lima e Simões (2010), não são simultâneos e não ocorrem da mesma maneira nas diversas regiões, ou seja, a uma diversidade de maneiras pela qual este desenvolvimento pode acontecer. Desta forma, é evidente que existe uma grande variedade de visões e teorias que tentam vislumbrar toda essa complexidade de fenômenos.

Essa grande variedade de visões avaliam e acompanham as transformações estruturais no espaço regional ao longo do tempo. Elas também fazem parte de uma considerável mudança e evolução das teorias, as quais surgiram principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial, e que abordam o tema em questão – desenvolvimento regional. Entretanto, “Vale notar, contudo que não existe uma abordagem teórica única em economia regional. O que há é uma diversidade de visões que tentam capturar toda a complexidade dos fenômenos econômicos no espaço.”. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011, p.44)

Neste segundo capítulo então, a abordagem sobre teorias e seus respectivos idealizadores será pautada, com o objetivo de proporcionar uma breve orientação teórica a respeito do assunto, ou seja, as teorias serão tratadas de forma objetiva, afinal o objetivo central do trabalho é a análise da RMC.

A apresentação das mesmas será feita a partir das suas evoluções temporais e conforme sinergia do “lema” principal das teorias, ou seja, o primeiro subcapítulo trarão os autores que vão até meados do século passado e é composto pelas teorias tradicionais de localização industrial; em seguida, as visões dos pensadores da década entre 1950 a 1960, os quais apresentam foco na economia de aglomeração e na força do estado para desencadear o processo do desenvolvimento; no terceiro bloco do capítulo, serão abordadas as mais novas contribuições a respeito do tema – economia regional; e por fim as considerações finais a respeito de todo este conteúdo.

O quadro 2 traz uma síntese da evolução das teorias de desenvolvimento regional, a partir de temas característicos das teorias que serão abordadas, isto é,

quem são os principais pensadores e suas respectivas contribuições, além de evidenciar também quais foram as principais referências teóricas utilizadas por estes enquanto autores/pensadores. Quanto à especificação dos grupos, 1, 2 e 3, estes estão distribuídos conforme proximidade cronológica entre os respectivos idealizadores das teses e teorias.

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Temas Característicos	Distância e área Custos de Transporte	Interligações setoriais Economias de aglomeração	Externalidades dinâmicas Tecnologia e Inovação Competitividade
Autores / Períodos / Contribuições	Von Thünen (1826) - O Estado Isolado	Perroux (1955) - Pólos de Crescimento	Piore e Sabel (1984) - Distritos Industriais
	Weber (1909) - Teoria da Localização de Indústrias	Myrdal (1957) - Processo de Causação Circular Cumulativa	Krugman (1991) - Retornos Crescentes
	Christaller (1933) - Os Lugares Centrais	Hirschman (1958) - Efeito para Frente e para Trás	Porter (1993) - Diamante de Porter
	Lösch (1940) - A Ordem Espacial da Economia	North (1959) - Base Exportadora	
	Isard (1956) - Localização e Economia Espacial		
Referências Teóricas	Escritores do século XVII, como: Cantillon, Stuart e Smith.	- Marshall - Schumpeter - Keynes	- As teorias do grupo 1 e 2 - Marshall - Schumpeter

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FONTE: Adaptação do trabalho de FOCHEZATTO (2010, p.165)

Nos tópicos a seguir, será abordado, portanto, a ideia pertinente a cada grupo e a cada pensador.

2.1 TEORIAS TRADICIONAIS DE LOCALIZAÇÃO

As teorias tradicionais de localização surgiram a partir dos pensamentos de Von Thünen, durante a primeira metade do século XIX, e em uma sequência cronológica, vieram os pensamentos de Weber, Christaller, Lösch até a chegada das

ideias de Isard na década de 60 do século seguinte. Dos autores mencionados, 80% são de origem Alemã, sendo somente Isard de nacionalidade norte-americana. Por este motivo, muitas vezes se utiliza a expressão “escola alemã” quando se quer fazer referência a estes pensadores. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

De acordo com Fochezatto (2010, p. 164), “Esses autores centram sua atenções em dois aspectos característicos da vida econômica: a distância e a área”. Como também é fator importante para estes o custo de transporte, existe uma preocupação associada, no sentido de criar modelos de localização da produção, a fim de minimizar os custos de transporte (FOCHEZATTO, 2010), ou seja, na visão das indústrias o ideal é procurar a localização “ótima” de suas plantas para minimizar tais custos, dessa forma, obtendo melhores resultados.

Na sequência serão expostas, de forma breve, as visões dos cinco autores que compõem o Grupo 1 do quadro – 2. Os destaques serão dados, com relação ao objetivo central de cada teoria, assim como de suas premissas para o funcionamento do modelo.

2.1.1. Von Thünen

A principal obra do autor nascido em 1783, O estado Isolado, teve sua publicação realizada em 1826. Muitas pessoas afirmam que já aos 20 anos de idade, Thünen tinha em mente a ideia central de sua tese. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Como premissas e suposições do modelo desenvolvido por este, temos os seguintes dados, descritos por Monasterio e Cavalcante (2011, p. 49):

- os agentes são tomadores de preço, isto é, ninguém tem poder de monopólio;
- livre-entrada nas atividades agrícolas, o que resulta na inexistência de lucros extraordinários;
- a produção é feita com retornos constantes de escala e coeficientes fixos de produção;
- o terreno é homogêneo; e
- os preços de cada produto são dados na cidade.

A princípio, a base de seus estudos e a lógica da tese é bastante similar à teoria da renda da terra de Ricardo, porém com foco na distância em relação ao centro, e não na fertilidade do solo. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011). Basicamente, conforme afirma Soares de Matos (2005, p. 38) o:

[...] modelo é baseado em uma situação hipotética na qual deve-se distribuir a produção de produtos agrícolas em uma planície isotrópica, isolada do mundo exterior, com custos constantes de produção e transporte e que possui um único mercado consumidor localizado ao centro, de forma que se obtenha uma maximização dos lucros da produção agrícola.

A partir dessa lógica – “existência de uma cidade em uma região agrícola sem relações com outras áreas urbanas ou regiões” (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011, p.49), Thünen, procurou apresentar qual seria a melhor localização, isto é, a melhor ocupação do espaço diante várias opções de atividades agrícolas para maximizar os ganhos e minimizar os custos de transporte.

2.1.2. Alfred Weber

Alfred Weber irmão de Max Weber, veio ao mundo em 1868, isto é, quase um século após Thünen. Diante desse fato, deve-se levar em consideração a diferença de realidade dos autores para também facilitar a diferença entre as teorias. Ou seja, Thünen foi criado em uma época, onde a economia agrícola era a que falava mais alto. Já Weber, conviveu em uma Alemanha em processo de industrialização. (SOARES DE MATOS, 2005).

Portanto, o foco principal da análise deste trabalho é a localização espacial da indústria, ou seja, seu ponto “ótimo” partindo dos princípios expostos por Ferreira (1989, apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011, p.52) de que a decisão quanto à localização das atividades industriais deveria acontecer conforme ponderação de três fatores, os quais seriam: custo de transporte, o custo da mão de obra e um “fator local” decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração.

Weber utiliza-se da figura de um triângulo locacional, “no qual existe um ponto de consumo (mercado) e as fontes de matérias-primas que oferecem maior

vantagem” (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011, p.40) para identificar qual é a melhor localização da indústria. Na figura de nº 5, em seguida, se pode observar essa dinâmica.

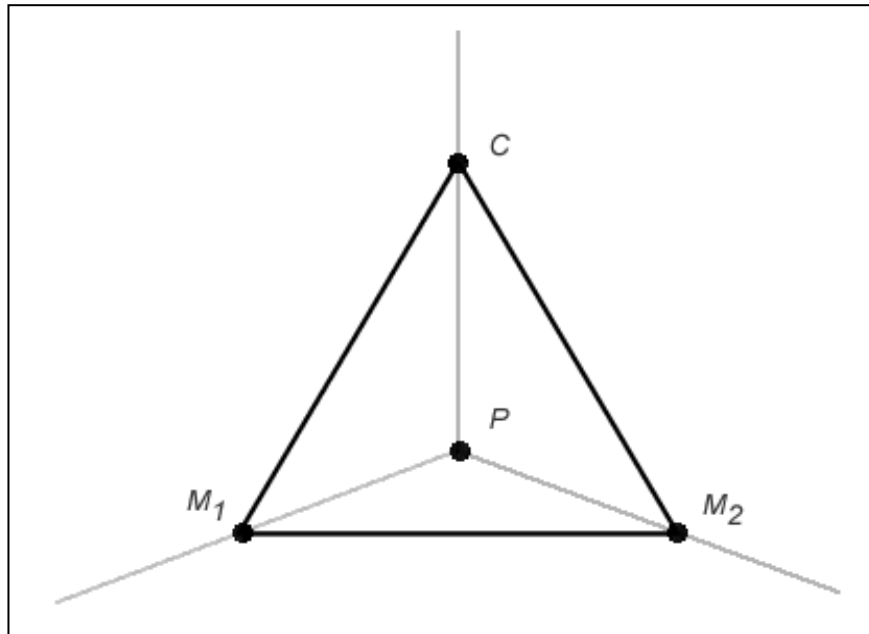


FIGURA 5 - Triângulo Locacional de Weber

FONTE: Soares de Matos (2011, p. 41)

Basicamente, o que temos nessa figura é o ponto P, o qual apresenta o menor custo de transporte; pontos M1 e M2, que são os fornecedores de matérias-primas; e o ponto C, que seria o mercado consumidor. De acordo com Soares de Matos (2005, p.41):

O custo de transporte das matérias-primas e do produto final depende do peso do material a ser transportado e da distância a ser percorrida. Cada um dos pontos localizados nos vértices do triângulo (C, M1 e M2) exerce uma força de atração sobre o ponto de localização da indústria. Esta força de atração é proporcional ao peso de matéria-prima por unidade do produto final necessário para a produção, assim como é proporcional à distância a ser percorrida do local de produção para a fonte de matérias-primas, e do local de produção para o mercado.

Ou seja, a partir dos custos de transporte correlacionados aos insumos e aos produtos finais, mais os custos com mão-de-obra para produção e a questão da economia de aglomeração, Weber desenvolveu um modelo, o qual pode ser analisado por diferentes perspectivas, tentando combinar sempre da melhor maneira todos esses aspectos, a fim de obter maiores ganhos com a localização ótima industrial.

2.1.3. Walter Christaller

O geógrafo Alemão – nascido em 1893, o qual chegou até mesmo a filiar-se ao partido nazista, teve sua principal obra lançada na primeira parte da década de 1930, onde expunha seus pensamentos, através da teoria dos Lugares Centrais. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Tal teoria tinha como objeto de pesquisa e estudo, conforme afirma Monasterio e Cavalcante (2011, p. 56), “determinar o formato das áreas de mercado em que todos os consumidores são atendidos e, ao mesmo tempo, a distância em relação às firmas é minimizada.”. Dentro deste mesmo contexto então, se pode afirmar que há uma ênfase em espaço urbano e como funciona o seu dinamismo. (ALVES, 2011).

Basicamente, para a determinação destas áreas de mercado, o que era levado em consideração seriam os custos de transporte e também a elasticidade-preço do produto em questão. Dessa forma, Christaller procurou identificar qual seria o padrão de ocupação do espaço, sendo que este poderia ter diferentes demandas, ofertas e intensidades nas suas respectivas produções de mercadorias, a partir dos seguintes princípios, salientados por Monasterio e Cavalcante (2011, p. 57): 1. “Minimização do número de centros”; 2. “Minimização do custo de transporte para os consumidores”; e 3. “Minimização das áreas que são compartilhadas por mais de um ofertante”.

O que de fato a Teoria dos Lugares Centrais nos apresenta é que a organização espacial da população, basicamente acontece, a partir do dinamismo e da importância das atividades econômicas (principalmente comércio e indústria) presentes em determinada região. (ALVES, 2011). E pelo fato da proximidade destes centros industriais e comerciais proporcionarem vantagens correlacionadas a custos de transporte e elasticidade preço, haverá sempre uma massa maior de pessoas nestes polos produtivos do que em outras áreas de menor representatividade industrial.

Portanto, uma polarização irá acontecer nestes centros, os quais deverão suportar aquelas regiões com menor representatividade, de modo que, o princípio de que todas as áreas sejam atendidas, realmente ocorra. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

2.1.4. Auguste Lösch

O autor Auguste Lösch, nascido em 1906, compartilha dos princípios do geógrafo Alemão, o qual acabou de ser lembrado no tópico 2.1.3. De acordo com Monasterio e Cavalcante (2011, p. 59):

O principal avanço de Lösch foi elaborar um modelo com micro fundamentos que resultam em um sistema urbano semelhante (mas não idêntico) ao de Christaller. O modelo de Lösch pressupõe um monopolista atuando em um mercado com consumidores bem distribuídos pelo espaço e um produto vendido que possui alguma elasticidade-preço.

Assim como os outros pensadores de origem Alemã, Lösch também se utilizou de figuras geométricas para explicar sua tese – o cone de Lösch. A partir da figura nº 6 abaixo, será possível entender melhor o pressuposto do modelo monopolista com alguma elasticidade-preço em seu produto.

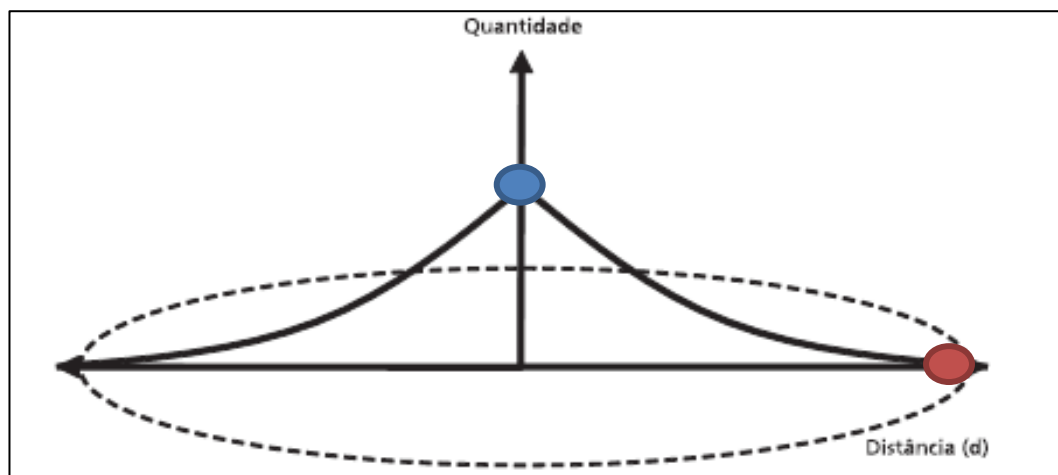


FIGURA 6 - O Cone de Lösch

FONTE: Elaboração própria com base em Monasterio e Cavalcante (2011, p. 61)

A partir do círculo pontilhado, podemos ver toda a área de alcance da indústria monopolista em questão. O ponto ótimo da empresa é aquele destacado pelo círculo azul, ou seja, onde se tem a menor distância e, portanto, maiores receitas quando a venda ocorre. Entretanto, caso olhássemos a lucratividade da empresa, a qual vendesse hipoteticamente somente para a região do ponto vermelho, então a situação do monopólio seria crítica. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011)

Diante dessa percepção que a figura apresenta Monasterio e Cavalcante ainda afirmam (2011, p. 61) que:

Retomando as principais intuições de Lösch, tudo mais constante, as áreas de mercado serão tão maiores quanto menores forem a densidade da demanda, a elasticidade-preço e os custos de transporte. Como essas características são específicas de cada bem ou serviço, deveria haver centros e áreas de mercado de todos os tamanhos para cada produto.

Ou seja, para Lösch a questão central do desenvolvimento regional era a forma de organização espacial do sistema econômico, a fim da conquista de maiores lucros – diferentemente dos pensadores sucessores a ele, os quais focavam na minimização dos custos. (JÚNIOR, 2002).

2.1.5. Walter Isard

Dentre os cinco autores do Grupo 1 do quadro de nº2, Walter Isard é o único de origem norte-americana, nascido na cidade de Filadélfia no ano de 1919. Este teve seu maior reconhecimento através da publicação do título: *Localização e Economia Espacial*, em 1956, quando então provocou o surgimento da ciência regional, propondo a introdução de outros temas à disciplina regional, além daqueles já até então contemplados nas teorias. (LIBERATO, 2008).

Basicamente, conforme afirma Liberato (2008, p. 128):

Isard (1956) sintetizou a produção teórico-metodológica [...] ao fazer a integração do modelo de Von Thünen com a microeconomia (maximização de lucro e minimização de custos). Através do conceito de insumos de transporte possibilitou equacionar a questão locacional, apontando o efeito da distância sobre as interações espaciais.

Portanto, nesse novo segmento da ciência regional, Isard passa a fazer uso também de variáveis objetivas e subjetivas para avaliação e explicações mais profundas quanto à questão do desenvolvimento regional. Além disso, “a questão desenvolvimentista de Isard trouxe novos aportes teóricos e temáticos, como a questão ambiental e os valores culturais.”. (ALVES, 2008, p. 11).

2.2 TEORIAS CLÁSSICAS

As teorias aqui classificadas como clássicas, apresentam bastante influência a partir da década de 1950, no período Pós Segunda Guerra Mundial, através dos quatro autores – Grupo 2, e suas respectivas obras conforme apresenta o quadro 2.

O primeiro deles, François Perroux (1955) defendia a tese dos “Polos de Crescimento”; logo em seguida apresentava ao mundo, Gunnar Myrdal (1957), sua tese de “Desenvolvimento Econômico e o Processo de Causação Circular Cumulativa”; no ano seguinte (1958) temos o “Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento”, através dos pensamentos de Albert Hirschman e por fim, porém não menos importante, a tese de Douglass North (1959) sobre a “Base de Exportação”. Todos estes citados, foram bastante influenciados, principalmente, por ideias de Alfred Marshall, Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes.

O objetivo comum dos pensadores citados era criar um modelo ou tese para aplicar e de fato conseguir uma integração regional/nacional. Uma das maneiras que também fora bastante empregada, foi o conceito de aglomeração, o qual apesar de ter seus benefícios conhecidos desde fim do século XIX obteve somente participação efetiva a partir dos anos 1950, quando passou a ser empregado de forma sistemática na dinâmica de crescimento e desenvolvimento regional. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Portanto, de acordo com Fochezatto (2010, p. 166):

Dessa forma, em relação ao anterior, esse grupo de teorias passa a: incorporar a idéia de economias externas e, portanto, de mecanismos dinâmicos de autorreforço endógeno; e olhar a região em seu conjunto, a estrutura produtiva, com suas interligações comerciais e tecnológicas, indo além da preocupação com a localização individual de firmas.

Para Perroux, por exemplo, é evidente que o processo de crescimento/desenvolvimento é desigual em diferentes áreas, afinal “manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 19-- , apud MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011, p. 65).

Apesar de Hirschman, diferentemente dos outros pensadores, acreditar que a desigualdade é um processo relevante no desenvolvimento das regiões. Todos eles concordam e foi base para os respectivos trabalhos – políticas de polarização da produção econômica e de economias externas – que uma das maneiras para melhorar ou ao menos viabilizar o desenvolvimento regional de cidades e nações é através da intervenção estatal, a qual ajudaria mesmo em caso de distúrbios, trazer um benefício mútuo a todos os envolvidos (LIMA; SIMÕES, 2010). Dessa forma, sejam efeitos positivos ou negativos, com o poder do estado presente, não seria somente uma região a beneficiada ou prejudicada, mas sim todo o contexto, isto é, toda a dinâmica regional daquele perímetro.

Dentro desse contexto de efeitos positivos e negativos, temos as percepções de Gunnar Myrdal, o qual desenvolveu a teoria do processo de “Causação Circular Cumulativa” (C.C.C.), a fim de explicar a dinâmica econômica e social regional. O princípio de Myrdal gira em torno do que se conhece como “ciclo vicioso”, isto é, a partir de um acontecimento, há uma série de outros fatos que acabarão por acontecer como mera consequência daquele fato inicial. Pode-se perceber o princípio deste processo cumulativo a partir do exemplo dado por (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 9):

[...] um processo de C.C.C. é válido para explicar uma infinidade de relações sociais, como, por exemplo, a perda de uma indústria em determinada região. Os efeitos imediatos desta perda são o desemprego e a diminuição da renda e da demanda locais. Estes por sua vez provocam uma queda da renda e da demanda nas demais atividades da região, o que já configura um processo de C.C.C. em um ciclo vicioso. Se não ocorrerem mudanças exógenas nesta localidade a mesma se tornará cada vez menos atrativa, de tal forma que seus fatores de produção, capital e trabalho, migrarão em busca de novas oportunidades, provocando uma nova diminuição da renda e da demanda local.

Da mesma forma que o exemplo demonstra as consequências ruins a partir da perda de uma indústria para determinada região, caso se tenha a chegada de uma indústria os efeitos com certeza não serão os mesmos, isto é, bons frutos, dentro de um ciclo vicioso, surgirão a partir deste acontecimento, ou seja, tal processo de Myrdal realmente é válido para análise em ambas as direções, e há de ser feito um controle em cima destes grandes efeitos, porque “se não regulado tende a aumentar as disparidades entre regiões” (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 9).

Em linha com a questão de “ciclo vicioso” de Myrdal, Douglass North – ganhador do prêmio Nobel em 1993, desenvolve a teoria que também tem essa questão de causa e efeito, porém relacionado à Base Exportadora,

[...] cujos efeitos sobre a economia local são também indiretos. A atividade de exportação induz, dessa forma, o surgimento de polos de distribuição e cidades, nas quais começam a se desenvolver atividades de processamento industrial e serviços associados ao produto de exportação. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011, p.72).

Para North, portanto, o conceito de base exportadora estava atrelado ao fato de que com o desenvolvimento e posterior comercialização de um produto exportável, ganhos correlacionados ao processo produtivo surgiriam, assim como, com custos de transferência deste bem perante o mercado. “[...] e, à medida que as regiões cresciam em torno desta base eram geradas economias externas [...]”. (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 14). Ou seja, desenvolvimento sobre a dinâmica espacial da região, em função desta base.

Todas estas teorias citadas fizeram parte de políticas públicas aplicadas, principalmente, no que se refere há planos de desenvolvimento regionais integrados – PDI. Porém, conforme afirma Lima e Simões (2010, p. 19):

os anos 70 marcam o bojo da crise do pensamento regional e a necessidade de sua reconstrução teórica, para explicar inclusive as novas questões que surgiam sobre a dinâmica regional, como a importância das escalas territoriais e da inovação.”

E é, principalmente, a partir da década de 1980, que surgem novas teses e conceitos que passam a consolidar as bases teóricas já existentes com mais alguns novos temas – como estes citados há pouco: inovação; externalidades dinâmicas; competitividade; etc.. Dessa forma, o conteúdo contemplado se torna mais extenso e, a princípio, mais completo.

2.3 A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS

As novas abordagens que passam a surgir a partir da década de 1980, apresentam em seus conceitos e teses grande influência, daquilo que de certa forma já havia sido abordado pelos autores mais antigos. Portanto, o que se vê a partir de então é um aprimoramento de alguns conceitos e introdução de outros temas, como por exemplo, as estratégias de desenvolvimento regional de tipo endógena; os conceitos de competitividade e inovação, de distritos industriais, das externalidades dinâmicas e das economias externas pelas ideias marshallianas. Entretanto, todos estes com significativas influências das teorias clássicas – Perroux, Hirschman e Myrdal principalmente, assim como das teorias tradicionais de localização. Ou seja, apesar de termos temas novos comparados aqueles já apresentados pelos tópicos 2.1 e 2.2, há sempre uma correlação com os mesmos. (AMARAL FILHO, 2001).

Sobre essas novas teses, existem alguns autores, os quais se destacam perante os demais, sendo estes, Piore e Sabel, Arthur e Krugman, Porter e o GREMI (Groupe de Recherche Europeen) – uma rede de pesquisadores europeus. Apresenta-se forte influência também sobre estes novos pensadores, além das teorias já descritas pelos tópicos 2.1 e 2.2, as ideias de Alfred Marshall e Joseph Schumpeter. (FOCHEZATTO, 2010).

Dentro desse contexto, observam-se dois grupos distintos de pensadores. De um lado Krugman e Arthur e de outro os institucionalistas e evolucionistas. O que é unanimidade para ambos são a presença das externalidades dinâmicas do tipo marshallianas, as quais abrangem fenômenos para explicar a localização industrial em seus modelos, como por exemplo, a *tríade marshalliana*, que apresenta três elementos, os quais trazem os efeitos das vantagens aglomerativas: 1. Disponibilidade de serviços e fornecedores de insumos especializados; 2. Mercado de mão-de-obra qualificada; 3. Intercâmbio tecnológico e de conhecimento. (FOCHEZATTO, 2010). Já o que é diferente, é que evolucionistas e institucionalistas, de acordo com Amaral Filho (2001, p.265-266):

[...] tomam uma certa distância de autores como Krugman na medida em que consideram também, em suas análises, o papel dos agentes locais (“atores”, “protagonistas”) na organização dos fatores e na coordenação do processo cumulativo. Entretanto, ao investigar com mais cuidado, vamos

observar que Krugman (1991a, 1991b) não deixa o seu modelo totalmente ao sabor do indeterminismo, pois, ao considerar o papel da história (“condições iniciais”) como um importante fator determinante no desenvolvimento, ele passa a considerar também o papel das “antecipações” dos agentes locais sobre o comportamento futuro da economia local. A grande diferença é que Krugman faz passar essas antecipações por meio do sistema de preços e do mercado, e os evolucionistas e institucionalistas passam-nas por meio da interação e da coordenação entre os agentes.

O que as teses de desenvolvimento regional passam a buscar, é sair de uma amplitude focada anteriormente só em uma firma e na localização “ótima” da mesma, além de focar em uma abordagem mais microeconômica, para então, direcionar-se aos conceitos de distritos industriais, clusters e arranjos produtivos locais. (MASCENA, FIGUEIREDO e BOAVENTURA, 2012).

O conceito de distrito industrial, segundo Marshall (2003, apud TAPIA, p. 5) é quando “[...] fazemos referência a uma entidade sócio-econômica constituída por um conjunto de empresas, que pertencem geralmente a um mesmo setor produtivo, localizado numa área circunscrita, entre as quais há cooperação e competição.”.

Nesse sentido, de cooperação e competição, temos também o conceito de arranjos produtivos locais, conforme apresentam Cassiolato e Lastres (2003, apud MASCENA, FIGUEIREDO e BOAVENTURA, 2012, p. 16) a partir da definição do Grupo RedeSist – Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais:

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Percebe-se então que nada mais é do que uma região concêntrica com diversos agentes, a qual foca suas atuações em torno de uma atividade predominante, sendo estas articuladas para ações de cooperação, inovação, capacitação e desenvolvimento mútuo integrado. (MASCENA; FIGUEIREDO e BOAVENTURA, 2012).

Da mesma forma, e mais ou menos em linha com o pensamento de distrito industrial e arranjos produtivos locais, temos o conceito desenvolvido por Porter de “cluster”, o qual fora citado segundo Rosenfeld (1996, apud AMARAL FILHO, 2001, p.11-12) que:

Um grupo de especialistas americanos deu em 1995 a definição seguinte para ‘cluster’: ‘uma aglomeração de empresas (cluster) é uma concentração sobre um território geográfico delimitado de empresas interdependentes, ligados entre elas por meios ativos de transações comerciais, de diálogo e de comunicações que se beneficiam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmos problemas’.

Na essência deste conceito, o que Porter realmente apresentava como premissa básica ou ponto mais importante para o desenvolvimento e crescimento regional, era a necessidade de se ter um ambiente competitivo entre empresas e instituições da mesma indústria e que estas estivessem próximas umas das outras geograficamente falando. Dessa forma, a busca para desenvolver novos processos e procedimentos, a fim de melhores resultados, traria altos índices de ganho de produtividade. (FOCHEZATTO, 2010).

Quanto à função do estado nesta nova dinâmica regional de crescimento e desenvolvimento, verifica-se que as instâncias locais apresentam grandes vantagens comparadas com as instâncias governamentais centrais, no sentido de estarem mais próximas das informações – ou seja, maior “intimidade” com os consumidores e produtores de bens e serviços públicos finais; vantagem na questão da melhor alocação dos recursos, visto que a área de coordenação é menor no âmbito local, por exemplo, comparado ao nacional; e também no que se refere ao elemento da experimentação variada e simultânea, fato que ajuda a destacar diferentes métodos de oferta do serviço público. (AMARAL FILHO, 2001).

Analisando todas essas teses do fim do século XX, verifica-se que o objetivo principal é através da cooperação, competitividade, inovação e até mesmo interação social e institucional, com apoio estatal local, gerar novos subsídios e dinâmicas, isto é, economias de escala externas para aumentar a produtividade e reduzir custos no âmbito regional, dessa forma, não deixando de estar os fatores locacionais sempre competitivos.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da breve abordagem sobre algumas das principais teorias de desenvolvimento regional que aqui estiveram em pauta, há de se ressaltar que o objetivo comum destas era o desenvolvimento regional endógeno, a partir de instrumentos disponíveis nos momentos de estudo e criação das teorias e modelos.

Diante disso, no contexto de desenvolvimento regional, é altamente perceptível que não só importam para esta questão, fatores econômicos, ou seja, também há de se avaliar a questão em âmbito social e institucional, de forma a visualizar a progressão de uma região através de aspectos qualitativos também, como, por exemplo, capacidade de inovação e competitividade. Além de poder-se perceber que a participação do estado, seja em maior ou menor amplitude e modo de contribuição, acaba sendo positiva para iniciar progressos ou até mesmo torná-los maiores e mais abrangentes.

Pensando no foco do trabalho que é a evolução da Região Metropolitana de Curitiba nos últimos vinte e cinco anos aproximadamente, acredito que as ideias e teorias que mais tem a ver com a situação da região são as ideias pautadas inicialmente por Max Weber, o qual acreditava que a determinação da indústria deveria levar em conta aspectos como a questão do custo de transporte, o custo da mão de obra que será utilizada e também ao fato das vantagens sobre as economias de aglomeração.

Correlacionado a estes itens levantados por Weber, vemos também em Perroux a ideia dos polos de crescimento, que a meu ver é basicamente o que vemos na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Afinal, esta região é realmente o polo de industrialização de Curitiba e também de toda a RMC, abrigando grandes empresas, o que trouxe como consequência a movimentação da economia e da parte social da região ao redor da mesma.

No que compete aos conceitos mais recentes, abrangidos pelo tópico 2.3, a ideia de clusters e distritos industriais reflete basicamente o que hoje é a CIC e parte da RMC. Ou seja, há o sentido de cooperação e competitividade entre as empresas desta região, o qual pode trazer grandes mudanças tanto na perspectiva estadual,

quanto nacional. Um exemplo disso é a associação “APROVE Diesel”, a qual apesar de ter sua criação por duas empresas concorrentes no ramo das autopeças, Bosch e Delphi, luta por um objetivo em comum, que seria a liberação de carro diesel a passeio no Brasil.

No que compete às transformações da parte social e da população desta área – CIC e RMC, a teoria de Christaller evidencia bem, no sentido de que afirma que a disposição espacial da população acompanha as atividades econômicas da região. Afinal, houve grande aumento da população, a partir do grande número de empresas que nessa região se instalaram nas últimas décadas.

Portanto, a forma de análise da RMC no próximo capítulo será feita com base em diferentes perspectivas – econômica e social, com embasamento nas teorias de Weber, Perroux, Christaller e nas teses mais recentes de clusters e distritos industriais.

3- A EVOLUÇÃO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA A PARTIR DE 1990

O intuito deste capítulo é o estudo e análise de dados correlacionados com a Região Metropolitana de Curitiba, focando na avaliação da evolução da região nas últimas duas décadas e meia, ou seja, basicamente a partir dos anos 1990 até os dias de hoje.

Particularmente, o interesse por essa análise surge pelo fato – apesar de não ser curitibano, mas por morar na capital paranaense desde 1999, de que aos meus olhos o crescimento e desenvolvimento da região parecem ser positivos e bastante significativos nesse período, o qual presenciou diversos investimentos na região e um surto industrial muito forte, como por exemplo, com a chegada de novas indústrias – montadoras. Ou seja, o objetivo do capítulo é através de dados socioeconômicos, comprovar se há de fato uma evolução positiva econômica e social para a região em análise.

Como fonte de pesquisa na coleta de dados para tal análise, foram utilizadas diversas fontes e instituições, como por exemplo, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; a COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba; o IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e o IPARDES - O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

O conceito de desenvolvimento regional não é somente medido por índices correlacionados a fatores quantitativos, como, por exemplo, o Produto Interno Bruto – PIB e nem mesmo somente correlacionado ao nível de industrialização de determinada área, mas também por fatores qualitativos, isto é, correlacionados a temas sociais, como educação, saúde e qualidade de vida.

Portanto, para termos uma visão completa de toda a evolução do desenvolvimento regional da RMC nos últimos 25 anos aproximadamente, o presente capítulo irá se dividir da seguinte maneira: iniciamos o conteúdo abrangendo exatamente qual será o foco de região dentro da RMC, em seguida, será comentado o processo de industrialização da mesma com os principais acontecimentos desde 1970 até início dos anos 90; depois teremos uma análise

qualitativa sobre a evolução da região, isto é, apresentação e análise de dados sociais e por fim, uma análise quantitativa da região através de indicadores econômicos.

3.1 O FOCO DENTRO DA RMC

Conforme já citado no primeiro capítulo, a RMC instituída originalmente pela Lei Complementar Federal 14/1973 e redefinida diversas vezes através de legislações estaduais é composta, atualmente, por 29 municípios – conforme ilustra o quadro de número três. Neste, baseado em dados do IBGE para o ano de 2010, se podem visualizar todas as cidades integrantes da RMC e alguns dados gerais das mesmas, como: área total (em km²), distância da metrópole – Curitiba (CTBA), população total e as datas de integração a RMC e do surgimento do município. (NOJIMA, MOURA e SILVA, 2004).

Município	Distância de Curitiba (km)	Área Total (Km ²)	PIB (R\$)	População Total	Data de Integração na RMC	Aniversário do Município
Adrianópolis	133 km	1.349,34	85.481.000	6.376	25 de Julho de 1960	Maio de 1995
Agudos do Sul	73 km	192,23	73.931.000	8.270	18 de Novembro de 1961	Abril de 1998
Almirante Tamandaré	17 km	194,75	723.921.000	103.204	28 de Outubro de 1889	Janeiro de 1974
Araucária	27 km	469,17	12.371.028.000	119.123	11 de Fevereiro de 1890	Janeiro de 1974
Balsa Nova	42 km	348,97	290.361.000	11.300	25 de Janeiro de 1961	Janeiro de 1974
Bocaiuva do Sul	29 km	826,35	107.807.000	10.987	12 de Abril de 1871	Janeiro de 1974
Campina Grande do Sul	31 km	538,97	584.847.000	38.769	14 de Novembro de 1951	Janeiro de 1974
Campo do Tenente	95 km	304,49	106.380.000	7.125	29 de Outubro de 1961	Dezembro de 2011
Campo Largo	32 km	1.249,42	1.640.607.000	112.377	23 de Fevereiro de 1871	Janeiro de 1974
Campo Magro	10 km	275,57	208.683.000	24.843	01 de Janeiro de 1997	Dezembro de 1995
Cerro Azul	87 km	1.341,19	216.287.000	16.938	27 de Outubro de 1882	Dezembro de 1994
Colombo	19 km	197,36	2.128.436.000	212.967	05 de Fevereiro de 1890	Janeiro de 1974
Contenda	48 km	299,04	159.101.000	15.891	14 de Dezembro de 1952	Janeiro de 1974
Curitiba		435,27	53.106.497.000	1.751.907	29 de Março de 1963	Janeiro de 1974
Doutor Ulysses	170 km	781,45	103.024.000	5.727	01 de Janeiro de 1993	Dezembro de 1994
Fazenda Rio Grande	19 km	116,68	618.794.000	81.675	26 de Janeiro de 1990	Janeiro de 1990
Itaperuçu	37 km	314,42	204.988.000	23.887	01 de Janeiro de 1993	Novembro de 1990
Lapa	62 km	2.093,83	778.810.000	44.932	13 de Junho de 1872	Janeiro de 2002
Mandirituba	45 km	379,18	276.214.000	22.220	25 de Julho de 1960	Janeiro de 1974
Piên	90 km	254,90	280.431.000	11.236	01 de Novembro de 1961	Dezembro de 2011
Pinhais	7 km	60,75	4.493.030.000	117.008	20 de Março de 1992	Março de 1992
Piraquara	22 km	227,03	547.470.000	93.207	29 de Janeiro de 1890	Janeiro de 1974
Quatro Barras	31 km	181,13	609.314.000	19.851	09 de Novembro de 1961	Janeiro de 1974
Quitandinha	71 km	447,03	151.327.000	17.089	13 de Junho de 1961	Dezembro de 1994
Rio Branco do Sul	33 km	812,33	583.346.000	30.650	11 de Outubro de 1947	Janeiro de 1974
Rio Negro	115 km	603,25	590.210.000	31.274	15 de Novembro de 1870	Dezembro de 2011
São José dos Pinhais	15 km	946,44	13.690.888.000	264.210	19 de Março de 1690	Janeiro de 1974
Tijucas do Sul	62 km	672,20	214.052.000	14.537	14 de Novembro de 1951	Dezembro de 1994
Tunas do Paraná	87 km	668,48	49.315.000	6.256	10 de Novembro de 1992	Abril de 1990

QUADRO 3 - DADOS GERAIS SOBRE A RMC EM 2010

FONTE: Elaboração própria com base em IBGE - Censo 2010

Especificamente, o foco de análise não será os 29 municípios, mas sim o que se chama de 1º anel desta região, ou seja, somente parte da RMC. Esta área é composta, pela capital paranaense – Curitiba e pelos municípios limítrofes a este polo, que são: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. (NOJIMA, MOURA e SILVA, 2004).

A figura nº 7, logo abaixo, apesar de desatualizada por conter dados de 2003 quanto ao número de municípios (26 somente), apresenta uma boa imagem do que seria este primeiro Anel através da coloração mais forte do laranja – conforme indica a legenda da imagem também, isto é, basicamente a região central da Região Metropolitana de Curitiba. (NOJIMA, MOURA e SILVA, 2004).

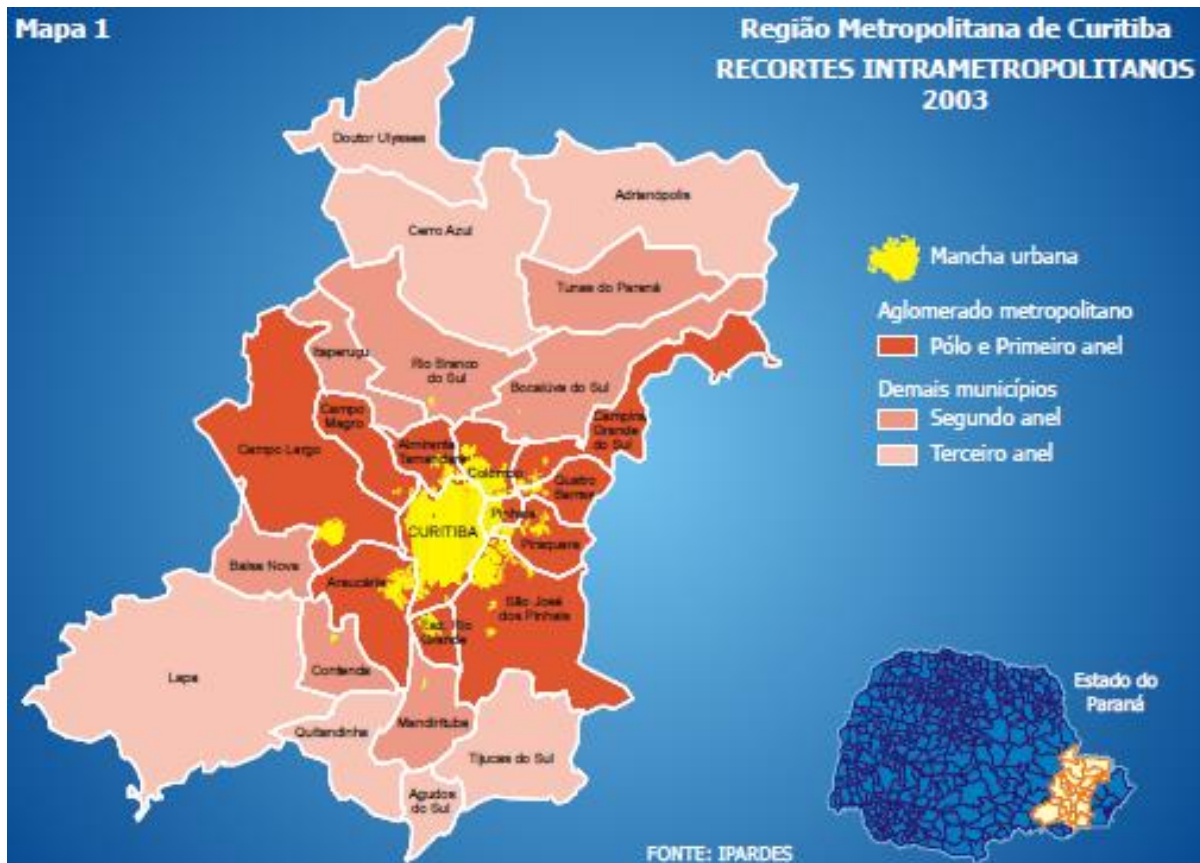


FIGURA 7 - A Divisão dos Anéis Metropolitanos da RMC

FONTE: NOJIMA; MOURA e SILVA (2004, p. 3).

O foco da análise, basicamente, será neste 1º anel, porque 91% da população e 96% do PIB produzido internamente a RMC (conforme dados do quadro número três) estão concentrados nestes municípios. Portanto, tanto no âmbito social como no econômico tal representatividade é suficiente para espelhar a situação de todos os 29 municípios integrantes a esta região metropolitana.

3.2 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA RMC

O processo de industrialização do Paraná – a partir de 1970, e também de algumas outras regiões próximas geograficamente a São Paulo – capital, são fruto do processo que houve primeiramente nesta cidade a partir dos anos 1960.

Processo este correlacionado ao fato da desconcentração espacial de algumas atividades econômicas, o qual fora determinado por diversos fatores, conforme afirma Diniz (1995, apud MACEDO; VIEIRA e MEINERS, 2002, p. 6):

deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centro urbanos e regiões; ação do Estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção da infraestrutura; busca de recursos naturais, traduzida pelo movimento das fronteiras agrícola e mineral, com reflexos na localização de um conjunto de atividades industriais; unificação do mercado, potenciada pelo desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicações, com efeitos sobre a competição interindustrial e a localização.

O que se vê a partir de então são transformações ocorridas no setor industrial e agrícola do estado do Paraná, o qual passa de uma economia basicamente agrícola para uma acelerada industrialização do campo e de transformações industriais no estado, que surgem pelo

[...] resultado combinado de mudanças nas economias de aglomeração, da crescente integração do mercado nacional, da abertura externa e crescimento dos efeitos do Mercosul, da desigualdade regional do gasto em pesquisa, do mercado de trabalho profissional e da renda [...]. (1995, apud MACEDO; VIEIRA e MEINERS, 2002, p. 6).

E foi como consequência deste forte crescimento industrial nas regiões agrícolas, que grande parte da população ficou desempregada, o que fez com que esta parcela migrasse para outros lugares, ou seja, o fenômeno do êxodo rural pela falta de emprego no campo (STAMM; PIFFER e PIACENTI, 20--) – efeito o qual pode ser correlacionado a tese de Causação Circular Cumulativa de Myrdal.

Foi a partir deste processo de crescimento industrial na lavoura que:

[...] grandes quantidades de indivíduos migraram do campo paranaense para as URBs (Centros Urbanos) do estado. Concomitantemente, o estado passou a sofrer grandes aportes financeiros em investimentos no setor secundário da economia, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, que resultou na criação da C.I.C. (Cidade Industrial de Curitiba). (STAMM; PIFFER e PIACENTI, 20--, p. 3)

O surgimento da CIC, que ocorrera em 1973, é fruto da proposta de internalizar em um curto período de tempo todo um setor industrial dinâmico, o qual era praticamente inexistente no estado. E foi a partir da criação da CIC, a qual tinha uma localização estratégica que se intensificou a tendência de concentração industrial,

assim, e a região se tornou aglutinadora de grandes investimentos, como, por exemplo, com o surgimento das plantas industriais da Bosch, New Holland – CNH e Volvo já na década de 70. (MOECKEL et al., 1998).

De um modo geral, o que se pode afirmar é que a industrialização no Paraná e RMC, a qual se iniciou a partir dos anos 1970, surgiu basicamente por dois movimentos, que são: “Um fruto de uma história ‘vocação agrária’, geograficamente determinada, que se moderniza estreitando suas relações com o setor industrial [...]” (MOECKEL et. al., 1998, p. 19); e outro “[...] movimento, induzido principalmente pela ação governamental, que internaliza no estado os gêneros ditos modernos ou dinâmicos da indústria: mecânica, material elétrico, e de comunicação, química e material de transporte.” (MOECKEL et. al., 1998, p. 19) – este segundo movimento, basicamente, conforme salientava as teorias clássicas de que o estado pode colaborar para os primeiros passos no processo de industrialização.

Já ao final dos anos 80, a economia paranaense atingiu um patamar qualitativamente elevado, com bom grau de inserção na economia brasileira e internacional, o que se torna pré-condição para o desempenho nos anos 1990. (IPARDES, 2004).

E é em 1990 que a estrutura industrial incorpora novos segmentos e um novo “boom” industrial e econômico acontece. O estado e a RMC, aproveitam-se das favoráveis condições macroeconômicas nacional e mundial para implementar uma política de atração industrial, a qual combinada com vantagens locais endógenas, “como proximidade do mercado do sudeste e do Porto de Paranaguá, a oferta de infraestrutura em termos de energia, telecomunicações, aeroporto internacional e rodovias [...]” (IPARDES, 2004, p. 5) traz para a região a instalação de outras grandes empresas como as montadoras Volkswagen/Audi e Renault, além de outras diversas empresas de médio e pequeno porte, fornecedoras de insumo a estas de grande porte. Ou seja, realmente um ambiente de distritos industriais, com bastante interação, cooperação e competitividade, o que traz avanços a estas empresas e a região onde estão lotadas. (IPARDES, 2004).

3.3 ANÁLISE SOCIAL DA EVOLUÇÃO DA RMC A PARTIR DE 1990

Neste tópico será feita a análise da evolução da Região Metropolitana de Curitiba a partir de temas correlacionados a questão qualitativa da região, isto é, no que concerne aos fatores sociais e institucionais, como, por exemplo: o nível de IDH dos municípios, a taxa de mortalidade, o grau de urbanização, etc.

O objetivo, portanto, é evidenciar e realmente comprovar se a população da região teve melhores condições de vida a partir dos anos 90 até os dias atuais – década de 2010, como consequência da modernização e industrialização da RMC conforme comentado pelo tópico 3.2.

No que concerne ao crescimento da população, conforme comentado no tópico anterior sobre a questão do êxodo rural, as informações do IBGE da tabela 1, realmente indicam que desde os anos 70, houve forte crescimento da população em Curitiba e sua Região Metropolitana, muito além dos números paranaenses e brasileiros, isto é, fica claro que o “boom industrial” sobre a RMC desde 1970 influenciou a vinda de muitas pessoas para essas cidades. Afinal, quando se compara a RMC com as demais regiões da tabela, essa é a que apresenta maior índice de crescimento populacional entre 2007 e 1970, com 252% de aumento.

TABELA 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DE CURITIBA, RMC, PARANÁ E BRASIL

Região	População (habitantes)					
	1970	1991	2000	2007	2007 vs. 1970 (%)	2007 vs. 1991 (%)
Curitiba	609.026	1.315.035	1.587.315	1.797.408	195%	37%
RMC	901.959	2.099.558	2.768.394	3.172.357	252%	51%
Paraná	6.929.868	8.448.713	9.563.458	10.284.503	48%	22%
Brasil	93.139.037	146.825.475	169.799.170	183.989.711	98%	25%

FONTE: Elaboração própria com base em IBGE - Censos Demográficos (1970,1991 e 2000) e Estimativa Populacional - 2007

Conforme ilustrado acima pela última coluna, a qual compara o ano 2007 com 1991, a RMC apresenta um grande aumento populacional com aproximadamente 51% no número de seus habitantes.

Paralelo a este fato, e com uma evolução positiva, a tabela 2, evidencia através do índice de Gini² que a população, apesar do forte crescimento, apresenta atualmente menores níveis de desigualdade no que se refere à distribuição da renda domiciliar per capita.

TABELA 2 - ÍNDICE DE GINI DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	Índice de Gini - Geral		
	1991	2010	2010 vs. 1991(%)
Almirante Tamandaré	0,40	0,43	8%
Araucária	0,49	0,46	-6%
Campina Grande do Sul	0,52	0,44	-15%
Campo Largo	0,47	0,45	-4%
Campo Magro	0,43	0,38	-12%
Colombo	0,42	0,41	-2%
Curitiba	0,55	0,55	0%
Fazenda Rio Grande	0,49	0,46	-6%
Pinhais	0,42	0,48	14%
Piraquara	0,42	0,41	-2%
Quatro Barras	0,52	0,47	-10%
São José dos Pinhais	0,49	0,45	-8%
Média do 1º Anel	0,47	0,45	-4%
Estado do Paraná	0,60	0,53	-12%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

E na comparação dos municípios integrantes do 1º Anel com o estado do Paraná, fica evidente também que a situação destes municípios é melhor do que o resto do estado, porém dentro do período analisado o Paraná apresentou 12% de evolução no indicador, enquanto que o 1º Anel somente 4% de progresso no âmbito da desigualdade.

Em vista deste menor nível de desigualdade entre a população – conforme índice de Gini, a taxa de pobreza³, a qual é uma das mais visíveis dimensões para a questão da exclusão social, de acordo com a tabela três, traz evidências que corroboram com a perspectiva de que nos últimos anos a evolução do 1º Anel da RMC é muito positiva no âmbito social.

² Índice de Gini avalia a desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, de tal forma que quanto mais próximo de zero (0) melhor a situação, ou seja, menor é a desigualdade.

³ Taxa de pobreza é medida em percentual (%), sendo representada pela proporção dos indivíduos limitando-se a aqueles que vivem em domicílios permanentes com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais (em Agosto de 2010).

Fica evidente a partir dos números apresentados pela tabela 3, que este indicador demonstrava uma melhor situação do 1º Anel da RMC comparado ao Paraná, desde 1991. E ainda assim, durante os últimos 20 anos, basicamente, o que viu foi uma melhora muito próxima de ambas as regiões, tendo o Paraná um progresso de 80% e os municípios do 1º Anel da RMC em média 79%.

TABELA 3 - TAXA DE POBREZA DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	Taxa de Pobreza (%)					
	1991	2000	2010	2000 vs. 1991 (%)	2010 vs. 2000 (%)	2010 vs. 1991 (%)
Almirante Tamandaré	24%	19%	5%	-20%	-74%	-79%
Araucária	23%	13%	3%	-44%	-76%	-87%
Campina Grande do Sul	30%	18%	6%	-39%	-67%	-80%
Campo Largo	24%	14%	4%	-42%	-69%	-82%
Campo Magro	23%	18%	5%	-	-71%	-
Colombo	18%	13%	4%	-27%	-72%	-79%
Curitiba	8%	6%	2%	-22%	-72%	-78%
Fazenda Rio Grande	27%	17%	6%	-	-67%	-
Pinhais	13%	9%	3%	-	-68%	-
Piraquara	18%	19%	7%	5%	-65%	-63%
Quatro Barras	22%	16%	4%	-28%	-76%	-82%
São José dos Pinhais	16%	11%	3%	-30%	-77%	-84%
Média do 1º Anel	21%	15%	4%	-29%	-71%	-79%
Estado do Paraná	33%	19%	6%	-42%	-66%	-80%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

Seguindo a mesma lógica de progresso, de acordo, com a tabela 4, se percebe que tal evolução foi acompanhada pelo crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano na maioria dos municípios encontrados no 1º Anel da RMC, conforme apresenta o IPARDES pelos respectivos IDH-M – indicador socioeconômico que resume o progresso de desenvolvimento humano⁴, no longo prazo, perante três diferentes dimensões, isto é, renda, educação e saúde (através da expectativa de vida ao nascer), para 1991, 2000 e 2010.

Percebe-se que na década de 90, os municípios integrantes do 1º Anel metropolitano apresentavam em sua maioria, valores de IDH abaixo de 0,5 e por isso a média da região era relativamente muito baixa também – sendo considerada uma região com nível muito baixo de desenvolvimento humano, salvo três exceções:

⁴ Para evidenciar os níveis de desenvolvimento humano, a escala do índice tem valores que se distribuem de zero (0) a um (1), o qual seria mais desenvolvido. A distribuição é a seguinte: de 0 a 0,499 muito baixo desenvolvimento; de 0,500 a 0,599 é somente baixo; de 0,600 a 0,699 é médio; de 0,700 a 0,799 é alto e por fim, de 0,800 até 1 é o maior nível de desenvolvimento humano que pode ser adquirido.

Curitiba, São José dos Pinhais e Pinhais, as quais inclusive estavam acima do resultado obtido pelo estado do Paraná.

TABELA 4 - IDH-M DOS MUNICÍPIOS DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	IDH-M					
	1991	2000	2010	2000 vs. 1991 (%)	2010 vs. 2000 (%)	2010 vs. 1991 (%)
Almirante Tamandaré	0,437	0,583	0,699	33%	20%	60%
Araucária	0,484	0,628	0,740	30%	18%	53%
Campina Grande do Sul	0,433	0,597	0,718	38%	20%	66%
Campo Largo	0,486	0,639	0,745	31%	17%	53%
Campo Magro	0,404	0,579	0,701	43%	21%	74%
Colombo	0,474	0,630	0,733	33%	16%	55%
Curitiba	0,640	0,750	0,823	17%	10%	29%
Fazenda Rio Grande	0,451	0,594	0,720	32%	21%	60%
Pinhais	0,510	0,657	0,751	29%	14%	47%
Piraquara	0,478	0,581	0,700	22%	20%	46%
Quatro Barras	0,485	0,654	0,742	35%	13%	53%
São José dos Pinhais	0,516	0,646	0,758	25%	17%	47%
Média do 1º Anel	0,483	0,628	0,736	30%	17%	52%
Estado do Paraná	0,507	0,650	0,749	28%	15%	48%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

Quando comparado o ano 2000 com a década de 90, se nota que para ambas as visões, isto é, 1º Anel e Paraná, os IDH-M cresceram aproximadamente 30%. A de se comentar que dois municípios se destacam perante os demais em termos de evolução nestes nove anos. Um de forma positiva que é Campo Magro, com 43% de melhora em relação ao índice apresentado em 1991 e o outro município que chama a atenção por estar mais distante da média, porém de maneira negativa é a capital paranaense, a qual apresentou apenas 17% de aumento. Entretanto, ainda assim, manteve seu resultado muito acima do estado do Paraná.

Chegando a visão mais recente destes municípios, isto é, comparando-se ano 2010 com 2000, vê-se um crescimento médio relativamente mais baixo neste período do que nos nove primeiros anos de comparação, sendo o aumento médio agora na casa dos 17% para as cidades em análise e um pouco abaixo, com 15% para o estado paranaense. E mais uma vez, os municípios com as maiores variâncias são: Curitiba negativamente, isto é, somente 10% de evolução, comparado a 2001; e Campo Magro, juntamente com Fazenda Rio Grande que apresentam 21% de aumento no mesmo período.

Fica evidente quando se compara a média do 1º Anel com o estado do Paraná que há um gap entre estes na década de 90, o qual é mantido no ano 2000, porém o qual, em 2010, chega a dobrar afinal a evolução média dos municípios do 1º Anel é de 52% - destaque especial a Campo Magro com 74% de evolução no mesmo período, enquanto que o outro evolui somente 48%, ou seja, há uma tendência positiva de evolução da RMC para com o estado paranaense.

Como melhor IDH-M perante as demais cidades do 1º Anel seja em 1991, 2000 ou 2010, temos a cidade de Curitiba, a qual apresenta maior grau de urbanização (tabela 5). Já como pior avaliação dentre os analisados tínhamos o município de Campo Magro, o qual basicamente tem sua economia girando em torno da agropecuária. Coincidência ou não, mas se pode perceber associando os resultados das tabelas três e quatro, que as cidades mais urbanizadas e industrializadas, a princípio geram melhores condições de vida no âmbito social também.

Nestes vinte anos, portanto, é interessante comentar que Curitiba continua crescendo e ainda ocupa o 10º lugar a nível nacional com índice de 0,823 se enquadrando na parte muito alta do ranking (entre 0,8 a 1). Além disso, é importante ressaltar que todos os municípios ao seu redor estão ganhando fortemente com os investimentos que aqui estiveram presentes nestas duas décadas. Isto é, a periferia da capital paranaense está se desenvolvendo para atender o polo industrial, conforme acreditava Perroux em sua teoria dos Polos de Crescimento. Visualiza-se facilmente este crescimento a partir da evolução no grau de urbanização das cidades periféricas a Curitiba, conforme ilustra a tabela 5.

Fica claro, portanto, que no início dos anos 90, o estado paranaense apresentava um nível de urbanização, 73%, muito superior à média de 64% dos municípios analisados. Entretanto, dentro do período em análise o cenário se inverte totalmente a partir das mudanças citadas pelo tópico 3.2, e então o resultado da década de 2010 para a média do 1º Anel é 3% superior ao estado paranaense, sendo ambos na casa dos quase 90% de urbanização.

TABELA 5 - GRAU DE URBANIZAÇÃO DO 1º ANEL DA RMC E PARANÁ

Municípios	Grau de Urbanização (%)					
	1991	2000	2010	2000 vs. 1991 (%)	2010 vs. 2000 (%)	2010 vs. 1991 (%)
Almirante Tamandaré	89%	96%	96%	8%	0%	7%
Araucária	88%	91%	93%	4%	1%	6%
Campina Grande do Sul	66%	75%	82%	14%	10%	25%
Campo Largo	74%	83%	84%	12%	1%	13%
Campo Magro	0%	12%	79%	-	542%	-
Colombo	94%	95%	95%	2%	0%	2%
Curitiba	100%	100%	100%	0%	0%	0%
Fazenda Rio Grande	0%	94%	93%	-	-1%	-
Pinhais	0%	98%	100%	-	2%	-
Piraquara	86%	46%	49%	-46%	6%	-43%
Quatro Barras	81%	90%	90%	11%	1%	11%
São José dos Pinhais	88%	90%	90%	2%	0%	2%
Média do 1º Anel	64%	81%	88%	27%	8%	37%
Estado do Paraná	73%	81%	85%	11%	5%	16%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

Fazendo uma correlação com as teorias de Weber e Perroux, conforme abordadas anteriormente fica perceptível que o maior grau de urbanização da região curitibana – ocorrida principalmente a partir dos anos 90, conforme tópico 3.2, proporcionou uma maior migração da população rural para os novos ares urbanos. E, na mesma sequência, os índices de IDH-M também apresentaram um significativo progresso dentro do mesmo período. Portanto, se correlacioná-los diretamente pode ser contestado, fato é que para a região e período em análise do trabalho, eles apresentaram, em princípio, alguma sinergia.

Entretanto, para entender se realmente houve uma melhor evolução de crescimento e progresso do 1º Anel da RMC, é importante analisar os desempenhos individuais de cada item que compõem o IDH, isto é, nos próximos dois subitens, 3.3.1 e 3.3.2, irão ser detalhados as dimensões educação e longevidade, respectivamente. Quanto à dimensão renda, esta será abordada no tópico 3.4, o qual trata sobre a análise quantitativa.

3.3.1 Dimensão Educação

Quando abrangemos a dimensão educação, basicamente, estamos falando da questão sobre o “acesso ao conhecimento”, a qual é medida e avaliada com base em dois subíndices que são: taxa de escolaridade da população acima de 18 anos, a qual possua o ensino fundamental completo; e também percentual do fluxo escolar da população jovem (crianças entre 5 e 6 anos que frequentam escola, entre 11 e 13 para jovens que frequentam os últimos anos do ensino fundamental, entre 15 e 17 para aqueles com o fundamental completo e ainda o % daqueles entre 18 e 20 anos que apresentam o ensino médio completo).

A tabela 6 evidencia que este ponto foi o que deu maior salto dentre os períodos em análise. A média dos municípios que era de 0,257 em 1991 passa a ser de 0,641 em 2010, o que significa um aumento de aproximadamente 149%. Dentre estes, destaque para a região de Campo Magro, a que apresenta a maior evolução (268%) neste indicador dentro de todo o período – 20 anos. Porém, isso não se aplica somente aos municípios em análise, mas também a todo o estado do Paraná, o qual dentro do mesmo período evolui significativamente, apesar de ser em menor escala, com 124% de aumento.

TABELA 6 - DIMENSÃO EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	IDH-M -> Dimensão Educação					
	1991	2000	2010	2000 vs. 1991 (%)	2010 vs. 2000 (%)	2010 vs. 1991 (%)
Almirante Tamandaré	0,204	0,407	0,575	100%	41%	182%
Araucária	0,254	0,467	0,639	84%	37%	152%
Campina Grande do Sul	0,190	0,415	0,605	118%	46%	218%
Campo Largo	0,263	0,483	0,664	84%	37%	152%
Campo Magro	0,165	0,399	0,607	142%	52%	268%
Colombo	0,239	0,464	0,632	94%	36%	164%
Curitiba	0,476	0,655	0,768	38%	17%	61%
Fazenda Rio Grande	0,213	0,438	0,617	106%	41%	190%
Pinhais	0,297	0,530	0,666	78%	26%	124%
Piraquara	0,239	0,374	0,574	56%	53%	140%
Quatro Barras	0,253	0,501	0,665	98%	33%	163%
São José dos Pinhais	0,293	0,485	0,678	66%	40%	131%
Média do 1º Anel	0,257	0,468	0,641	82%	37%	149%
Estado do Paraná	0,298	0,522	0,668	75%	28%	124%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

Outro indicador correlacionado ao nível educacional da região conforme apresentado na sequência pela tabela 7, é a taxa de alfabetização das pessoas acima dos 15 anos de idade, as quais podem pelo menos ler e escrever um bilhete simples, também apresenta-se com significativo progresso. Entretanto, vale comentar que neste caso os municípios do 1º Anel da RMC não se sobressaem tão amplamente como no IDH-M dimensão educação, mas sim existe um crescimento muito semelhante comparado ao resto do estado paranaense, sendo o próprio estado pouco superior aos municípios analisados.

TABELA 7 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	IDH-M -> Taxa de Alfabetização (%)					
	1991	2000	2010	2000 vs. 1991 (%)	2010 vs. 2000 (%)	2010 vs. 1991 (%)
Almirante Tamandaré	84%	90%	94%	8%	4%	12%
Araucária	90%	95%	96%	5%	2%	7%
Campina Grande do Sul	84%	92%	94%	9%	2%	11%
Campo Largo	88%	94%	96%	7%	2%	9%
Campo Magro	86%	91%	94%	6%	3%	9%
Colombo	88%	93%	95%	6%	2%	8%
Curitiba	95%	97%	98%	2%	1%	3%
Fazenda Rio Grande	90%	93%	96%	4%	2%	6%
Pinhais	90%	95%	97%	5%	2%	7%
Piraquara	87%	92%	95%	6%	3%	9%
Quatro Barras	89%	93%	95%	5%	2%	7%
São José dos Pinhais	91%	95%	97%	3%	2%	6%
Média do 1º Anel	89%	93%	96%	5%	2%	8%
Estado do Paraná	86%	91%	94%	6%	3%	9%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

No que concerne ao segundo subíndice da dimensão educacional, que é o fluxo escolar da população jovem, a tabela 8, vem nos apresentar que na verdade o grande motivo do salto do indicador IDH-M Educação, se deu pelo fato de a aderência nas escolas ter crescido, ou seja, na tabela abaixo estão sumarizadas todas as 4 diferentes perspectivas deste subíndice – conforme explicado no primeiro parágrafo. Sendo que o resultado pode ser analisado dentro da mesma escala de ranking que o IDH-M, sendo zero (0) sem desenvolvimento algum e um (1) com o maior grau de desenvolvimento possível.

O que fica evidente, portanto, é que o resultado só não fora melhor, com os índices de evolução gerando em torno dos 167% e dos 143% para o 1º Anel da RMC e para o estado do Paraná, respectivamente, pois foram “travados” pelo não tão forte progresso nos indicadores das taxas de alfabetização.

TABELA 8 - FLUXO ESCOLAR DA POPULAÇÃO JOVEM DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	Fluxo Escolar da População Jovem (Frequência Escolar)					
	1991	2000	2010	2000 vs. 1991 (%)	2010 vs. 2000 (%)	2010 vs. 1991 (%)
Almirante Tamandaré	0,21	0,45	0,61	114%	36%	190%
Araucária	0,26	0,51	0,67	96%	31%	158%
Campina Grande do Sul	0,19	0,44	0,64	132%	45%	237%
Campo Largo	0,29	0,55	0,74	90%	35%	155%
Campo Magro	0,15	0,45	0,68	200%	51%	353%
Colombo	0,24	0,51	0,69	113%	35%	188%
Curitiba	0,45	0,66	0,78	47%	18%	73%
Fazenda Rio Grande	0,20	0,47	0,68	135%	45%	240%
Pinhais	0,29	0,56	0,70	93%	25%	141%
Piraquara	0,24	0,40	0,61	67%	53%	154%
Quatro Barras	0,27	0,52	0,70	93%	35%	159%
São José dos Pinhais	0,29	0,51	0,71	76%	39%	145%
Média do 1º Anel	0,26	0,50	0,68	96%	36%	167%
Estado do Paraná	0,30	0,58	0,73	93%	26%	143%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

Não é tão simples sumarizar este tema abrangendo somente o maior nível de industrialização da região, há também de se levar em conta políticas educacionais e programas de incentivo estadual na participação escolar. Porém, o que é certo é que em uma região mais industrializada e urbanizada, há a necessidade de mão de obra mais qualificada, isto é, o mercado por si só exige melhores desempenhos e maiores empenhos com relação aos estudos, a fim de se obter melhores rendas, fato este que será abordado pelo tópico 3.4.

3.3.2 – Dimensão Longevidade

Na questão da dimensão longevidade, sinônimo de vida longa e saudável, o que basicamente é considerado são as expectativas de vida ao nascer. Tais expectativas significam o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do dia de seu nascimento, sendo mantidos os mesmos padrões de mortalidade como no ano base.

Ao que indica a tabela 9, os índices das cidades do 1º Anel da RMC já apresentavam desde 1991 bons resultados e ainda assim apresentam boa evolução nos últimos 20 anos, a qual gira em torno dos 19%. Quase que na mesma

proporção, o estado paranaense também apresentou um bom progresso neste período, subindo de um índice no valor de 0,679 para 0,830, o que representa um avanço de 22%. Entretanto, pode-se perceber que apesar do aumento do estado ter sido superior ao dos municípios analisados, o nível de longevidade no Paraná é ainda assim, pior do que o apresentado pelo 1º Anel.

Podemos dizer que o resultado é significativo, porém não aparenta ser, quando comparado à dimensão educação que evoluiu aproximadamente 149% no mesmo período dentre a média dos municípios. Entretanto, há de se levar em consideração que o “campo” para crescimento deste tópico – longevidade era bem mais restrito do que a questão da educação, afinal a média em 1991 já era 0,713, diferentemente da educação que apresentava somente 0,257 no mesmo ano.

TABELA 9 - DIMENSÃO LONGEVIDADE DOS MUNICÍPIOS DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	IDH-M -> Dimensão Longevidade					
	1991	2000	2010	2000 vs. 1991 (%)	2010 vs. 2000 (%)	2010 vs. 1991 (%)
Almirante Tamandaré	0,704	0,773	0,840	10%	9%	19%
Araucária	0,722	0,803	0,852	11%	6%	18%
Campina Grande do Sul	0,709	0,804	0,860	13%	7%	21%
Campo Largo	0,709	0,800	0,854	13%	7%	20%
Campo Magro	0,670	0,753	0,828	12%	10%	24%
Colombo	0,736	0,822	0,870	12%	6%	18%
Curitiba	0,728	0,796	0,855	9%	7%	17%
Fazenda Rio Grande	0,717	0,762	0,847	6%	11%	18%
Pinhais	0,697	0,773	0,836	11%	8%	20%
Piraquara	0,736	0,822	0,869	12%	6%	18%
Quatro Barras	0,708	0,794	0,831	12%	5%	17%
São José dos Pinhais	0,725	0,797	0,859	10%	8%	18%
Média do 1º Anel	0,713	0,792	0,850	11%	7%	19%
Estado do Paraná	0,679	0,747	0,830	10%	11%	22%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

O dado que está diretamente ligado à questão da longevidade é a esperança de vida ao nascer, que nada mais é do que a quantidade média de anos que um recém-nascido tem para viver. De acordo com a tabela 10, se pode observar que a idade média, entre 2010 e 1991, para os municípios do 1º Anel da RMC subiu aproximadamente oito anos, enquanto que para o Paraná a idade média subiu mais nove anos.

TABELA 10 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	Esperança de Vida ao Nascer (anos de vida)					
	1991	2000	2010	2000 vs. 1991 (%)	2010 vs. 2000 (%)	2010 vs. 1991 (%)
Almirante Tamandaré	67,23	71,38	75,39	6%	6%	12%
Araucária	68,31	73,17	76,11	7%	4%	11%
Campina Grande do Sul	67,53	73,26	76,58	8%	5%	13%
Campo Largo	67,53	73,01	76,21	8%	4%	13%
Campo Magro	65,21	70,19	74,66	8%	6%	14%
Colombo	69,17	74,30	77,17	7%	4%	12%
Curitiba	68,70	72,75	76,30	6%	5%	11%
Fazenda Rio Grande	68,01	70,73	75,84	4%	7%	12%
Pinhais	66,83	71,37	75,15	7%	5%	12%
Piraquara	69,17	74,30	77,15	7%	4%	12%
Quatro Barras	67,47	72,66	74,87	8%	3%	11%
São José dos Pinhais	68,48	72,81	76,53	6%	5%	12%
Média do 1º Anel	67,80	72,49	76,00	7%	5%	12%
Estado do Paraná	65,71	69,83	74,80	6%	7%	14%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

Porém, assim como no caso da dimensão longevidade do IDH-M, vemos na esperança de vida ao nascer, que apesar da evolução do estado ter sido melhor com 14% do que o das cidades do 1º Anel que apresentaram apenas 12% de evolução, ainda assim, tais cidades (1º Anel) em média apresentam uma maior esperança de vida ao nascer, indicando melhores condições de vida quando comparado com o resultado geral do Paraná.

No que concerne à composição da esperança de vida ao nascer, esta é “fruto” da comparação dos indicadores sobre mortalidade (incluso a mortalidade infantil) com a taxa de natalidade. Portanto, as tabelas 11 e 12 que virão na sequência, para um período um pouco mais restrito, de 1996 a 2011, do que o até então observado aqui, servem como forma de visualizarmos onde o resultado foi mais positivo, fazendo com que a esperança de vida para ambas as regiões (estado e 1º Anel) subissem em média aproximadamente 8,5 anos.

A tabela 11 apresenta os números referentes à taxa geral de mortalidade por mil habitantes, incluindo a mortalidade infantil, ou seja, indica o número de óbitos ocorridos em determinado espaço geográfico no ano em questão.

TABELA 11 - MORTALIDADE GERAL DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	Mortalidade Geral (mil habitantes)		
	1996	2011	2011 vs. 1996 (%)
Almirante Tamandaré	5,6	6,1	9%
Araucária	6,9	5,9	-15%
Campina Grande do Sul	4,1	7,2	77%
Campo Largo	6,6	6,5	-2%
Campo Magro	0,0	5,8	-
Colombo	5,8	6,1	5%
Curitiba	6,1	5,7	-7%
Fazenda Rio Grande	4,9	5,9	22%
Pinhais	6,0	6,2	4%
Piraquara	6,7	6,1	-9%
Quatro Barras	6,3	6,3	-1%
São José dos Pinhais	6,6	6,0	-8%
Média do 1º Anel	5,5	6,2	13%
Estado do Paraná	6,0	6,5	9%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

É notável que a média do 1º Anel, a qual era menor em 1996 comparado ao resultado estado, apresenta evolução negativa para 2011, afinal em 2011 o resultado passou a ser 13% maior, enquanto que o estado subiu somente 9%, indicando que o nível de pessoas que morrem na média dos municípios do 1º Anel da RMC, é maior do que comparado ao resto do Paraná.

Na tabela 12, portanto, verifica-se a taxa bruta de natalidade, a qual indica a diferença (quociente) entre o número de crianças nascidas vivas e o número de habitantes⁵, dessa forma, o valor expressa o número de nascidos vivos para cada mil habitantes. O que se pode dizer sobre este indicador é que em regiões mais desenvolvidas ele tende a ser mais baixo, afinal há um maior nível de conhecimento da população no que concerne sobre métodos contraceptivos além de melhores condições de saúde, enquanto que para regiões com baixo nível de desenvolvimento ele tende a ser mais alto, pelos motivos de que a população não tem tanto acesso as informações descritas acima – conhecimento sobre métodos contraceptivos, além de também terem piores condições de saúde e por vezes acreditar que o maior número de filhos pode ajudar na “arrecadação” de dinheiro para família.

⁵ Como o índice é baseado em dados do IPARDES, neste caso o número de habitantes utilizados foi àqueles atestados para o 1º de julho do ano em vigor.

TABELA 12 - TAXA BRUTA DE NATALIDADE DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	Taxa Bruta de Natalidade (por mil habitantes)		
	1996	2011	2011 vs. 1996 (%)
Almirante Tamandaré	27,1	17,9	-34%
Araucária	27,8	18,6	-33%
Campina Grande do Sul	26,1	18,3	-30%
Campo Largo	21,7	15,0	-31%
Campo Magro	0,0	18,4	-
Colombo	25,7	17,4	-33%
Curitiba	20,2	14,3	-29%
Fazenda Rio Grande	18,2	19,2	5%
Pinhais	23,9	16,2	-32%
Piraquara	23,1	15,8	-32%
Quatro Barras	22,7	15,5	-32%
São José dos Pinhais	24,9	16,8	-33%
Média do 1º Anel	21,8	16,9	-22%
Estado do Paraná	21,8	14,5	-33%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

Portanto, o que evidenciamos com os resultados da média do 1º Anel da RMC, assim como, do estado paranaense, é que estes após 15 anos apresentam menores taxas de natalidade, o que é um indicador de maior nível de desenvolvimento da população. No caso em análise, percebe-se que em 1996, ambas as regiões tinham valores muito próximos – 21,8, e que a evolução do Paraná neste meio tempo, foi mais positiva do que a dos municípios em questão.

Sumarizando as percepções de ambas as tabelas, onze e doze, percebe-se que a evolução do 1º Anel da RMC fora positivo, porém um pouco aquém dos resultados apresentados pelo estado do Paraná. E que o indicador que mais colaborou para a melhora dos resultados apresentados pela tabela dez, foi a questão da taxa bruta de natalidade.

No que concerne à melhora do indicador IDH-M dimensão longevidade, dois outros dados correlacionados a questão social e também de saúde da população, os quais pode-se ver como sinônimos de desenvolvimento humano e consequentemente regional são o número de unidades⁶, de água e de esgoto que

⁶ Unidades atendidas com abastecimento de água e/ou esgoto são todas as casas, apartamentos, lojas, prédios, ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água ou escoadouro do banheiro, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (IPARDES, 2014).

são atendidas, dados estes que apresentaram ótima evolução nos últimos 20 anos aproximadamente, conforme indica as tabelas 13 e 14.

TABELA 13 - ABASTECIMENTO DE ESGOTO DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	Atendimento de Esgoto - Unidades Atendidas					
	1990	2000	2013	2000 vs. 1990 (%)	2013 vs. 2000 (%)	2013 vs. 1990 (%)
Almirante Tamandaré	0	0	10.864	-	-	-
Araucária	770	7.289	15.084	847%	107%	1859%
Campina Grande do Sul	0	3.223	10.606	-	229%	-
Campo Largo	2.962	6.082	15.148	105%	149%	411%
Campo Magro	0	0	1.919	-	-	-
Colombo	0	6.622	34.526	-	421%	-
Curitiba	209.545	346.086	665.062	65%	92%	217%
Fazenda Rio Grande	0	0	14.338	-	-	-
Pinhais	0	9.525	33.298	-	250%	-
Piraquara	4.050	6.774	21.838	67%	222%	439%
Quatro Barras	74	2.067	5.106	2693%	147%	6800%
São José dos Pinhais	3.786	18.485	54.244	388%	193%	1333%
Média do 1º Anel	221.187	406.153	882.033	84%	117%	299%
Estado do Paraná	460.590	1.044.564	2.233.508	127%	114%	385%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

No que remete ao abastecimento de esgoto encanado, se pode observar que os índices de crescimento são gigantescos, na ordem praticamente dos 100, 200, 300 e 400% de progresso. Isto significa que atualmente, há um maior número de habitantes, os quais têm acesso a este benefício que com certeza impacta na saúde e no bem estar da população.

Fica evidente a partir dos dados, entretanto, que o Paraná teve um aumento muito mais significativo do que a média do 1º Anel da RMC. Entretanto, há de se comentar que a evolução desta (média do 1º Anel da RMC) fora também muito positiva, o que indica que o grau de urbanização vem sendo acompanhado com as necessidades básicas da população enquanto moradores de um centro urbano.

E quando se analisa a tabela 14, se pode perceber que no quesito atendimento de unidades com água encanada, os índices de evolução são menos extraordinários, porém ainda assim, muito relevantes, afinal água é saúde e quanto o maior número de pessoas recebendo água limpa e saudável, melhores condições para se obter uma expectativa de vida maior essa população têm.

TABELA 14 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	Abastecimento de Água - Unidades Atendidas					
	1990	2000	2013	2000 vs. 1990 (%)	2013 vs. 2000 (%)	2013 vs. 1990 (%)
Almirante Tamandaré	7.439	22.224	31.884	199%	43%	329%
Araucária	10.734	24.012	40.965	124%	71%	282%
Campina Grande do Sul	2.312	7.176	12.636	210%	76%	447%
Campo Largo	11.297	22.271	36.163	97%	62%	220%
Campo Magro	0	2.808	7.044	-	151%	-
Colombo	18.888	45.671	72.688	142%	59%	285%
Curitiba	380.500	540.918	728.273	42%	35%	91%
Fazenda Rio Grande	0	14.102	32.899	-	133%	-
Pinhais	0	29.099	42.754	-	47%	-
Piraquara	19.946	14.462	29.765	-27%	106%	49%
Quatro Barras	1.688	4.281	6.974	154%	63%	313%
São José dos Pinhais	21.401	48.825	90.265	128%	85%	322%
Média do 1º Anel	474.205	775.849	1.132.310	64%	46%	139%
Estado do Paraná	1.478.727	2.347.877	3.454.867	59%	47%	134%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

Neste cenário das águas, nota-se que a evolução em média do 1º Anel é superior que ao resto do Paraná, destacando-se principalmente a cidade de Campina Grande do Sul, a qual apresenta evolução de 447% entre 2013 e 1990. Em números absolutos, podemos dizer que existem hoje dentre os municípios do 1º Anel da RMC, aproximadamente 660.000 mil unidades a mais de atendimento com água encanada do que em 1990, fato que com certeza influência indiretamente o indicador IDH-M longevidade.

A partir dos dados analisados com relação à questão social, educacional e de saúde dos municípios do 1º Anel Metropolitano de Curitiba, fica evidente que a cidade de Curitiba não teve crescimento tão próspero quanto os municípios limítrofes ao seu perímetro, muito porque é claro, tal cidade já era uma região significativamente mais avançada e urbanizada do que as demais, o que impossibilita o crescimento na mesma ordem.

Já no que diz a respeito ao 1º Anel como um todo, isto é, com relação à visão dos 12 municípios em conjunto, para o âmbito social e institucional, houveram diversos indícios apresentados para que se conclua que houve um forte crescimento na questão do desenvolvimento regional dos municípios nos últimos 20/25 anos, assim como de todo o estado paranaense, o qual tem seu resultado, com certeza, muito fortemente influenciado por este 1º Anel.

Portanto, considerando a influência que o 1º Anel tem diante dos resultados do Paraná também, pode-se pensar, pelo menos na questão social conforme apresentado até aqui, que de fato a forte industrialização dos últimos tempos, presentes nesta região, impactou positivamente a evolução na questão de desenvolvimento humano a população residente desta área, assim como, consequentemente, melhorando o resultado do estado no geral.

3.4 ANÁLISE ECONÔMICA DA EVOLUÇÃO DA RMC A PARTIR DE 1990

Neste item, o foco de análise também será com relação à evolução do 1º Anel Metropolitano de Curitiba, porém a partir de temas correlacionados a questão quantitativa da região, isto é, no que concerne a dados econômicos, como, por exemplo: o PIB (Produto Interno Bruto) e a renda média domiciliar.

O objetivo é comprovar economicamente se a evolução dos doze municípios, em comparação ao estado do Paraná, a partir da modernização e industrialização da RMC conforme comentado pelo tópico 3.2, fora positiva para população.

Como forma de iniciarmos as análises, vamos verificar o último item ou dimensão que compõem o IDH-M e que faz parte da análise quantitativa, que é a dimensão renda.

Como apresenta a tabela 15 em seguida, a questão da renda nos últimos 20 anos também apresenta relativo aumento em seus índices, com média de 17% para o 1º Anel quando se compara o ano de 2010 contra 1991, sendo a maior variação para o município de Almirante Tamandaré e com menor variação, porém ainda positiva com 11% para cidade de Piraquara. Em âmbito estadual, a evolução seguiu basicamente a mesma proporção dos municípios, tendo progresso, entre 2010 e 1991, de 18%.

Interessante notar que na primeira década, o estado teve melhor progresso, entretanto, na segunda década analisada, o resultado se inverteu e, por isso, vemos que no período total, ambas as regiões tiveram crescimento muito similar.

TABELA 15 - DIMENSÃO RENDA DOS MUNICÍPIOS DO 1º ANEL DA RMC E DO PARANÁ

Municípios	IDH-M -> Dimensão Renda					
	1991	2000	2010	2000 vs. 1991 (%)	2010 vs. 2000 (%)	2010 vs. 1991 (%)
Almirante Tamandaré	0,580	0,629	0,706	8%	12%	22%
Araucária	0,617	0,661	0,743	7%	12%	20%
Campina Grande do Sul	0,604	0,639	0,712	6%	11%	18%
Campo Largo	0,615	0,674	0,730	10%	8%	19%
Campo Magro	0,597	0,647	0,685	8%	6%	15%
Colombo	0,607	0,657	0,715	8%	9%	18%
Curitiba	0,755	0,809	0,850	7%	5%	13%
Fazenda Rio Grande	0,602	0,627	0,713	4%	14%	18%
Pinhais	0,639	0,691	0,761	8%	10%	19%
Piraquara	0,622	0,639	0,689	3%	8%	11%
Quatro Barras	0,636	0,702	0,740	10%	5%	16%
São José dos Pinhais	0,648	0,699	0,749	8%	7%	16%
Média do 1º Anel	0,627	0,673	0,733	7%	9%	17%
Estado do Paraná	0,644	0,704	0,757	9%	8%	18%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

A média de aumento de 17% significa um avanço em números absolutos do índice de 0,627 em 1991 para 0,733 no ano 2010, ou seja, um aumento muito similar ao apresentado pela questão da longevidade e muito distante da dimensão educação, conforme ilustrados no tópico 3.3.

No âmbito da dimensão renda, pode-se utilizar como critério de análise para o objetivo do trabalho, a renda média domiciliar per capita, a qual indica a renda média dos moradores de determinado domicílio. Em geral, quando se apura estes valores, esta se medindo a capacidade do poder de compra de bens e serviços gerais da população. Portanto, valores baixos indicam baixo poder de aquisição e valores altos significam alto poder de aquisição, o que consequentemente trás um maior bem estar econômico e social.

Na tabela 16⁷, verifica-se a evolução deste indicador para os doze municípios do 1º Anel da RMC e o resultado do estado do Paraná, nos períodos de 1991, 2000 e 2010.

⁷ Os números apresentados na tabela foram calculados com base em um valor de referência, o salário mínimo de 2010, no valor de R\$510,00. Este se torna a referência de cálculo para toda a série e é corrigido para todos os outros períodos com base no INPC de julho de 2010. (IPARDES, 2014)

TABELA 16 - RENDA MÉDIA REAL DOMICILIAR PER CAPITA DO 1º ANEL DA RMC E PARANÁ

Municípios	Renda Média Domiciliar per Capita (R\$1,00)					
	1991	2000	2010	2000 vs. 1991 (%)	2010 vs. 2000 (%)	2010 vs. 1991 (%)
Almirante Tamandaré	232,3	390,7	629,6	68%	61%	171%
Araucária	279,6	476,2	806,6	70%	69%	189%
Campina Grande do Sul	265,2	417,5	654,8	57%	57%	147%
Campo Largo	285,0	526,3	732,5	85%	39%	157%
Campo Magro	0,0	443,6	543,4	-	22%	-
Colombo	268,1	464,5	667,2	73%	44%	149%
Curitiba	681,4	1219,4	1536,4	79%	26%	125%
Fazenda Rio Grande	0,0	381,2	639,9	-	68%	-
Pinhais	0,0	576,2	845,4	-	47%	-
Piraquara	314,9	410,4	556,5	30%	36%	77%
Quatro Barras	324,0	586,0	782,0	81%	33%	141%
São José dos Pinhais	345,1	611,8	832,9	77%	36%	141%
Média do 1º Anel	249,6	542,0	768,9	117%	42%	208%
Estado do Paraná	340,4	633,8	870,6	86%	37%	156%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

Há de se comentar que o aumento nestes 20 anos é significativo para tais municípios, na ordem dos 208%, enquanto que para o resto do estado do Paraná a evolução, apesar de ser considerável, ainda é menor do que a do 1º Anel, com os 156%. Entretanto, em termos monetários absolutos, tanto a média do 1º Anel, quanto o Paraná, apresentaram um aumento de aproximadamente R\$520,00 e R\$530,00, respectivamente, ou seja, isso indica que atualmente o poder de compra médio da população em todo o estado paranaense é muito maior do que há 20 anos.

Reflexo dessa melhora nas rendas domiciliares per capita, é uma consequência também do aumento da população ocupada – PO, isto é, aquela parcela da população que detém um trabalho regular e contínuo.

Conforme, apresentado pela tabela 17 na sequência, se pode observar que a evolução média para o 1º Anel da RMC e para o Paraná, é positiva neste quesito para os últimos 10 anos, tendo o 1º Anel evoluído aproximadamente 41%, contra somente 31% do resto do estado.

TABELA 17 - POPULAÇÃO TOTAL OCUPADA - 1º ANEL DA RMC E PARANÁ

Municípios	População Ocupada Total		
	2000	2010	2010 vs. 2000 (%)
Almirante Tamandaré	34.063	51.608	52%
Araucária	36.726	60.760	65%
Campina Grande do Sul	13.283	19.622	48%
Campo Largo	38.087	57.230	50%
Campo Magro	8.810	12.503	42%
Colombo	72.358	109.660	52%
Curitiba	712.040	947.196	33%
Fazenda Rio Grande	23.016	38.548	67%
Pinhais	42.700	58.737	38%
Piraquara	27.299	41.804	53%
Quatro Barras	7.017	9.942	42%
São José dos Pinhais	85.606	139.494	63%
Média do 1º Anel	91.750	128.925	41%
Estado do Paraná	4.055.763	5.307.814	31%

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

Da mesma forma que se evidenciou, com as verificações feitas até então, a grande evolução entre finais do século XX e início do século XXI para o 1º Anel da RMC e do Paraná como um todo, o qual sofre grande influência destes 12 municípios em análise, será verificado se este progresso também está expresso na questão da participação do Produto Interno Bruto.

A tabela 18, portanto, apresenta os valores dos PIB para as respectivas cidades do 1º Anel, assim como, para o estado do Paraná nos anos 1999 e 2011. Dessa forma, pode ser evidenciada a questão da evolução do 1º Anel nos finais do século XX e início do século XXI.

TABELA 18 - PIB NOMINAL DO 1º ANEL DA RMC E PARANÁ

Municípios	PIB Nominal - Preços Correntes (R\$1.000,00)			
	1999	Participação em Relação ao PIB do Paraná (%)	2011	Participação em Relação ao PIB do Paraná (%)
Almirante Tamandaré	205.847	0,32%	781.192	0,33%
Araucária	3.279.345	5,17%	13.209.780	5,52%
Campina Grande do Sul	111.524	0,18%	687.734	0,29%
Campo Largo	615.689	0,97%	1.785.003	0,75%
Campo Magro	63.495	0,10%	217.420	0,09%
Colombo	582.173	0,92%	2.349.828	0,98%
Curitiba	15.420.060	24,33%	58.082.416	24,27%
Fazenda Rio Grande	132.267	0,21%	703.584	0,29%
Pinhais	639.511	1,01%	3.083.159	1,29%
Piraquara	139.245	0,22%	650.166	0,27%
Quatro Barras	144.908	0,23%	704.795	0,29%
São José dos Pinhais	2.713.094	4,28%	14.726.558	6,15%
Total do 1º Anel	24.047.158	37,94%	96.981.635	40,52%
Estado do Paraná	63.389.035		239.366.007	

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES (2014)

A partir da tabela, fica evidente que a participação do PIB, para as cidades em destaque, no século passado era de apenas 38% em relação ao estado do Paraná. No entanto, este panorama já se alterou no século atual (XXI) obtendo um progresso para a casa dos 41% de participação total no PIB do estado. A capital paranaense, em princípio, se manteve no mesmo nível, entretanto, é válido ressaltar o significativo aumento de participação da cidade de São José dos Pinhais, que basicamente tem a ver com a vinda e instalação das montadoras Renault e Volkswagen/Audi na cidade.

Ao ser evidenciado todos os dados até aqui analisados, isto é, dimensão renda do IDH-M; renda domiciliar per capita; PO e PIB; se torna claro e expressivo o resultado de maturidade da RMC e da evolução da mesma no sentido econômico, o qual através do “[...] conjunto de políticas implementadas ao longo da década de 1990 constituiu-se em elemento fundamental para a inserção do Paraná na dinâmica espacial da economia brasileira” (MACEDO et. al, 2002, apud IPARDES, 2004, p.5).

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do capítulo era de, através dos vários índices e indicadores apresentados, concluir se a Região Metropolitana de Curitiba – a qual estava representada pelo que se convém chamar de 1º Anel Metropolitano, isto é, os doze municípios previamente contemplados no tópico 3.1 – realmente apresentaram uma evolução positiva nos últimos 25 anos, isto é, fim do século XX e início do século XXI. Para efeito de comparabilidade, foram apresentados dados correlacionados ao estado do Paraná também. Entretanto, vale ressaltar que a influência destes doze municípios sobre o resultado geral do estado é significativamente influente, ou seja, dificilmente se verá indicadores em sentidos opostos, o que irá ser diferente são as proporções de melhora ou piora nos respectivos indicadores.

Sumarizando os dados sociais, se pode observar que o Índice de Desenvolvimento Humano, apresentou significativo progresso nesse meio tempo, destacando-se nesse sentido as cidades de Curitiba, São José dos Pinhais e Pinhais com bons níveis. Ficou perceptível também, que no âmbito social o maior ganho dos municípios e também do Paraná foi pela dimensão educação, a qual fora bastante influenciada pelo aspecto de melhora no índice do fluxo escolar.

Além disso, verificou-se dentro do período uma grande melhora quanto ao índice de Gini, indicando uma menor desigualdade social entre a população e também uma menor taxa de pobreza da mesma, o que fora acompanhado pelo resto do estado paranaense.

Também se evidenciou que na dimensão longevidade, isto é, na questão de saúde, houve progresso importantíssimo como, por exemplo, no abastecimento de água e esgoto encanado, o que facilita a melhores condições de saúde e consequentemente de vida.

Do lado econômico, também se percebe um progresso positivo quando analisada a dimensão renda do IDH, além da expressiva melhora no que concerne à renda média domiciliar per capita, a qual evoluiu mais para o 1º Anel Metropolitano do que o resto do estado paranaense. Também se evidenciou que a participação do PIB do 1º Anel para com o estado do Paraná, no início do século XXI, é superior a

fins do século XX, sendo a cidade de São José dos Pinhais, a qual apresenta melhores resultados nesse quesito de progresso na participação do estado.

Cabe destacar também, apesar de ficar perceptível através tanto dos dados na dimensão social quanto pela dimensão econômica, que o resultado geral ou a média do 1º Anel metropolitano é fortemente influenciado e conduzido pelo resultado de basicamente três municípios, sendo estes, Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais. O que indica na verdade, que mesmo dentro do próprio anel há uma grande discrepância de valores no que concernem os indicadores analisados, as condições e qualidade de vida, além de progresso e nível de maturidade (por exemplo, quando se trata da questão infraestrutura).

Ao meu entender, por tudo que neste capítulo fora apresentado, é evidente que tanto no âmbito social quanto no âmbito econômico, a evolução da região paranaense e dos municípios do 1º Anel da RMC é positiva, a partir de 1990 até a atualidade.

4- CONCLUSÃO

O objeto de pesquisa deste trabalho foi analisar a evolução econômica e social da Região Metropolitana de Curitiba e da população desta região, a partir dos anos 1990 quando de fato há um “boom” industrial nesta região, o qual fora, também, uma das consequências do Plano Real. Portanto, o intuito fora de analisar o fato de se tendo um maior nível industrial, a qualidade de vida e a condição de bem estar social também é impactada por este.

De maneira complementar a proposta do trabalho, diversas fontes teóricas, no que concerne a questão do desenvolvimento regional e localização industrial, foram consultadas e brevemente comentadas, como por exemplo, as teorias tradicionais de localização, as teorias clássicas de Perroux, Myrdal, Hirschman e North, além de contar também, com os mais recentes conceitos nesse âmbito de desenvolvimento regional, como, os clusters, as externalidades dinâmicas, a questão da competitividade, da inovação e dos distritos industriais.

A partir dos dados expostos e analisados no capítulo três, observou-se que os resultados para o 1º Anel da RMC – composto por doze municípios – e para o estado do Paraná, apresentaram de forma geral um nível de crescimento e evolução bastante similares em quase todos os quesitos, isto é, variando em proporções muito próximas e em nenhum momento em diferentes direções, isto é, um apresentando progresso e o outro com regresso. Entretanto, é válido comentar que há significativa discrepância dos resultados analisados por estes municípios, quando comparado uns aos outros, ou seja, há uma grande variação dentro do resultado deste 1º Anel, no qual podem ser destacados, como propulsores desta região, os municípios de Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais.

Em geral, observou-se que mesmo que com o forte crescimento populacional de Curitiba, RMC e Paraná, as desigualdades na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita – índice de Gini, para o estado paranaense e para a média do 1º Anel Metropolitano diminuiu, conforme apresentado pelos números da tabela dois.

Com relação ao nível de IDH-M para a média dos doze municípios analisados é realmente impressionante o nível de progresso apresentado. Afinal, em 1991, a região era considerada, de acordo com o ranking do IBGE, uma área com muito baixo nível de desenvolvimento (IDH-M igual a 0,483). Porém, após 20 anos o que se vê é outra realidade, porque agora a mesma região apresenta níveis de alto desenvolvimento com média igual a 0,736, sendo a cidade de Campo Magro a qual mais eleva os níveis de “recuperação” deste indicador – com 74% de melhora.

Ainda em âmbito social, porém focando na questão da educação, ficou evidente que neste quesito o progresso a nível geral do estado paranaense (inclusive o municipal) fora arrebatador. Tal fato é facilmente percebido, através dos dados da tabela 6, a qual evidencia que o 1º Anel da RMC progrediu, entre 1991 e 2010, 149%, passando de 0,257 para 0,641 e que o Paraná evoluiu 124%, passando de 0,298 para 0,668, no índice de IDH-M dimensão educação.

Tal indicador, conforme já abordado é composto basicamente por dois subíndices, sendo aquele que realmente corroborou e influenciou para a expressiva melhora, fora o fluxo escolar geral da população jovem, com progressos do 1º Anel e Paraná, na casa dos 167% e 143% respectivamente.

Referente aos tópicos correlacionados a longevidade, isto é, ligado à questão da saúde, também nota-se progresso de ambas as regiões, tendo os doze municípios, em média, piores índices de evolução dentre os 20 anos analisados. Porém, quando se analisa os dados por seus números absolutos, a história é outra e o 1º Anel Metropolitano apresenta valores mais altos do que o Paraná.

Como exemplo do fato descrito, pode-se destacar a esperança de vida ao nascer, no qual o estado paranaense teve 14% de melhora, chegando a 74,8 anos, e o 1º Anel com somente 12% de progresso, apresenta a possibilidade de se viver em média até os 76 anos.

Outro dado interessante neste quesito saúde e consequentemente longevidade, é o número de unidades abastecidas com água encanada. A evolução deste, entre 2010 e 1991, para o 1º Anel é 5% superior do que os índices apresentados pelo Paraná – 134%, e ainda, apesar do 1º Anel ser composto por somente doze municípios, pode-se falar que aproximadamente um terço das

unidades do estado paranaense que são atendidas, encontram-se distribuídas dentre estas doze cidades.

Do lado econômico, nota-se a partir da tabela dezoito, que os municípios do 1º Anel, estão atualmente (com base nos dados de 2011) contribuindo com um maior percentual de participação no PIB estadual quando comparado a 1999. Afinal, a contribuição ou participação passa de 38% para 41%, sendo as cidades de Araucária e São José dos Pinhais as que influenciam tal mudança mais significativamente.

A de se comentar também que o poder de compra da população, em função da renda média domiciliar per capita, subiu consideravelmente – em torno dos R\$520,00 na média do 1º Anel e R\$530,00 no Paraná, o que proporciona melhores condições econômicas aos cidadãos e consequentemente maiores níveis de bem estar social.

Contudo que fora apresentado e analisado fica plausível condizer que o alto nível de industrialização a partir dos anos 1990, propiciou a população do 1º Anel da RMC melhores níveis sociais e econômicos de qualidade de vida, o que também se vê refletido no âmbito estadual do Paraná, afinal os doze municípios que integram tal área refletem muito fortemente seus resultados no resto do estado, conforme verifica-se através da participação do PIB e da população (conforme tabela 1).

REFERÊNCIAS

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RMC. **Metrópolis em Revista**, Curitiba, n. 1, dez 1999.

ALVES, FLAMARION D. Notas Teórico-Metodológicas entre Geografia Econômica e Desenvolvimento Regional. In.: **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, 5., 2011, Santa Cruz do Sul. **Seminário...** Santa Cruz do Sul: CEPAL – 60 anos de Desenvolvimento na América Latina, 2011. p. 1-16.

BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização na aurora do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BORGES, WILLIAM A. **Gestão Metropolitana**: sua construção a partir de duas experiências de associativismo territorial na Região Metropolitana de Curitiba. 250 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

BOTELHO, Marisa R. A. Distritos industriais e política industrial: notas sobre tendências recentes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.19, n.1, p.103-124, 1998.

BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Planalto do Governo**, Brasília, DF, 8 jun. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm>. Acesso em: 20 abr. 2014.

COMEC. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteudo.php?conteudo=30>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

CONCEIÇÃO, RONALD J. DA; NUÑEZ, BLAS E. C. Planejamento participativo e desenvolvimento regional sustentável: Uma análise do método aplicado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). In.: **PAISAGEM E PARTICIPAÇÃO: PRÁTICAS NO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO**, 2007, São Paulo. **Seminário...** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007, p. 1-12.

CRUZ, Bruno; et al. **Economia Regional e Urbana**: teoria e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

DINIZ, Eduardo J. et al. Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, p 49-65, BNDES - Versão Preliminar.

EBERHARDT, Paulo H de C. LIMA, Jandir F de. Evolução e estágio do desenvolvimento econômico regional: o caso das regiões do Paraná. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Curitiba, ano 2, n. 1, p. 189-203, 2012.

FILHO, Jair A. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Fortaleza, n. 23, jun 2001.

FIRKOWSKI, OLGA LÚCIA C. DE F. Região metropolitana no Brasil: assim é se lhe parece. In. SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental, 2., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Seurb. Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental, 2011, p 1-13.

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. **O Ambiente Regional**, Porto Alegre, v.1, p. 160-192, 2010.

FREITAS, Ruskin. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, v.1, n.3, p. 44-53, dez 2009. Disponível em: < http://www.esuda.com.br/revista_humanae.php>. Acesso em: 14 mai. 2014.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.com.br>>. Acesso em 18 mar. 2014.

IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

JÚNIOR, ALBERTO D. **Fatores influentes no processo de escolha da localização agroindustrial no Paraná**: estudo de caso de uma agroindústria de aves. 141 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LEITURAS REGIONAIS: MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Curitiba: IPARDES, 2004.

LIBERATO, Rita de C. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 127-136, 2008.

LIMA, Ana C. C.; SIMÕES, Rodrigo F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 12, n. 21, p. 5-19, 2010.

LIMA, Antônio E. M. A Teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado. **Análise Econômica**. Porto Alegre, ano 24, n. 45, mar. 2006.

LIMA, Cristina A.; MENDONÇA, Francisco. Planejamento urbano-regional e crise ambiental: região metropolitana de Curitiba. **São Paulo em Perspectiva**. Curitiba,. ano 15, n. 1, p. 135-143, 2001.

MACEDO, Mariano M.; VIEIRA, Viviane F.; MEINERS, Wilhelm E. Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. **Revista Paraná em Desenvolvimento**, Curitiba, n. 103, p.5-22, jul./dez. 2002.

MARTINS, GUILHERME W. **Uma contribuição aos estudos de localização industrial: determinando o potencial de transporte aéreo de uma região com base no modelo de análise hierárquica coppe-cosenza**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

MASCENA, KEYSA M. C.; FIGUEIREDO Fernanda C.; BOAVENTURA João M.G. Clusters, sistemas e arranjos produtivos locais: análise das publicações nacionais no período de 2000 a 2011. In. SIMPOI, 15., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. p 1-16.

MATOS, GUILHERME M. S. **O modelo de Von Thünen: um aplicativo computacional**. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MEINERS, Wilhelm E. M. de A. Impactos Regionais dos Investimentos Automobilísticos no Paraná. **Paraná em Desenvolvimento**, Curitiba, n.94, p. 29-48, 1998.

MOECKEL, ALEXANDRE; et al. **Estágio atual de desenvolvimento e tendências de cinco segmentos industriais da região metropolitana de Curitiba, frente aos novos paradigmas produtivos**. 79 f. Trabalho de Mestrado (Disciplinas de Filosofia, História da Educação Tecnológica, Arte Técnica, Profissão e Metodologia Científica) – Programa de Pós- Graduação em Tecnologia, Curitiba, 1998.

NOJIMA, Daniel; MOURA, Rosa; SILVA, Sandra Terezinha. Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da região metropolitana de Curitiba. **Primeira Versão IPARDES**, Curitiba, n. 3, p. 1-34, 2004.

OLIVEIRA, GILSON B. **Planejamento e desenvolvimento regional**: considerações sobre a região metropolitana de Curitiba. 16 f. Trabalho Acadêmico (Desenvolvimento Econômico) - Ciências Econômicas, UniFAE Centro Universitário, Curitiba, 20--.

REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=42>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

REVISTA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Curitiba, Comec, p. 1-174, 2014.

SOUZA Nali J. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, ano 16, v.11, n. 32, p. 67-102. 1981.

STAMM, CRISTIANO; PIFFER, MOACIR; PIACENTI, CARLOS A. **Análise dos fatores que influenciaram a localização das indústrias no estado do Paraná**. Trabalho apresentado em palestra para SOBER. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 20--. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/05O290.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

TAPIA, Jorge R. B. Distritos industriais, sistemas locais de inovação e os novos desafios da governança local: balanço à luz da experiência internacional. In.: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27.,2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Unicamp. Departamento de Política e História Econômica, 2003. p. 1-34.

VALE, Gláucia M. V.; CASTRO, José M. C. Clusters, arranjos produtivos locais, distritos industriais: reflexões sobre aglomerações produtivas. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 28, n. 53, p. 81-97, mar. 2010.